

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**RICARDO CRISTOFOLINI VICENTE**

**As Ações Afirmativas na UFSC e seus alcances para estudantes  
indígenas**

**FLORIANÓPOLIS, 2018.**

Ricardo Cristofolini Vicente

**As Ações Afirmativas na UFSC e seus alcances para estudantes  
indígenas**

Dissertação submetido(a) ao Programa  
de Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Licenciatura em Ciências Sociais

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Edviges Marta  
loris

Florianópolis

2018

Cristofolini Vicente, Ricardo

As Ações Afirmativas na UFSC e seus alcances para  
estudantes indígenas / Ricardo Cristofolini Vicente  
; orientador, Edviges Marta Ioris, 2018.

110 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro  
de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em  
Ciências Sociais, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. ações afirmativas,  
direitos indígenas, UFSC, etnografia, políticas  
públicas. I. Marta Ioris, Edviges. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina.  
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.



Ricardo Cristofolini Vicente

**As Ações Afirmativas na UFSC e seus alcances para estudantes  
indígenas**

Este Trabalho de Conclusão de Licenciatura foi julgada adequada para  
obtenção do Título de Licenciatura e aprovada em sua forma final pelo  
Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 14 de dezembro de 2018.

---

Prof. Dr.Tiago Daher Padovezi Borges  
Coordenador do Curso de Ciências Sociais

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edviges Marta Ioris

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Antonella Maria Imperatriz Tasinari

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr.Tiago Daher Padovezi Borges  
Coordenador do Curso de Ciências Sociais



## **Resumo**

Este trabalho busca retratar uma parcela das realizações do programa de extensão Proext MEC/SESu da Universidade Federal de Santa Catarina junto ao Ministério da Educação nos anos de 2012 a 2016, que auxiliou o acesso às vagas suplementares para candidatos indígenas no processo de seleção da UFSC.

Através da análise das atividades realizadas pelo programa, ao qual fui bolsista durante os anos de 2013 a 2016, procuro organizar os dados obtidos e enfatizar os modos de operação junto aos estudantes e os resultados conquistados.

**Palavras-chave:** ações afirmativas, direitos indígenas, UFSC, etnografia, políticas públicas.





**Lista de siglas e abreviações**

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

CESPE – Centro de Formação e Promoção de Eventos

CUN – Conselho Universitário

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC – Ministério da Educação

NEPI – Núcleo de Estudos dos Povos Indígenas

SAAD – Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade

TCL – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNB – Universidade de Brasília



## **I – Introdução**

Esse trabalho de conclusão de licenciatura do curso de Ciências Sociais situa e aborda a política de ações afirmativas de vagas suplementares para indígenas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que se iniciaram nesta instituição de ensino superior no ano de 2007.

Como vemos adiante, a política de ações afirmativas visam melhorar a distribuição de vagas em diversas áreas de atividades sociais para setores que sofreram, ou sofrem, algum tipo de preconceito ou tiveram seus direitos segregados.

Quando tratamos de estudantes indígenas na UFSC temos três situações de ingresso nos cursos ofertados pela instituição:

1) Pelas vagas suplementares, instituídas por uma Resolução Normativa no ano de 2007 pelo Conselho Universitário da UFSC, nos cursos regulares.

As chamadas vagas suplementares na UFSC são resultado da criação do Programa de Ações Afirmativas da instituição UFSC, pela Resolução Normativa nº 008/CUN/2007, de 10 de julho de 2007. Adiante ela foi reeditada pelas Resoluções Normativas n ° 22/CUN/2012 e n ° 41/CUN/2014.

A Resolução nº 008/CUN/2007 instituiu vagas exclusivas para os estudantes indígenas, e estas vagas são disputadas apenas entre os integrantes dos povos indígenas.

Inicialmente, a resolução do Conselho Universitário de 2007, em seu artigo 9 ° (nono), conferiu a criação de 5 (cinco) novas vagas suplementares aos candidatos pertencentes aos povos indígenas, com o

limite de 2 (duas) vagas por curso, e com acréscimo de 1 (uma) vaga por ano no total delas, com objetivo de abrir 10 (dez) até o ano de 2013:

Art. 9º Para a implementação do acesso aos candidatos pertencentes aos povos indígenas, a que se refere o inciso III do art. 2º, serão criadas 5 (cinco) vagas suplementares que serão preenchidas pelos candidatos melhor classificados no vestibular. § 1º As vagas a que se refere o caput deste artigo serão criadas especificamente para este fim nos cursos em que houver candidatos aprovados, observado o limite de 2 (duas) vagas por curso.

§ 2º O número de vagas a que se refere o parágrafo anterior será alterado, a cada ano, mediante a criação de uma nova vaga, até perfazer o total de 10 vagas em 2013. (UFSC, Resolução Normativa 008/CUN/2007).

Nos anos seguintes as vagas suplementares foram modificadas (Resolução Normativa n º 22/CUn/2012, de 29 de junho de 2012, Resolução Normativa n º 33/CUn/2013, de 17 de setembro de 2013, Resolução Normativa n º 41/CUn/2014, de 19 de agosto de 2014) ganhando novas configurações, e ampliando o número de vagas. Através das resoluções as vagas suplementares foram ampliadas para 10 (dez) vagas suplementares no decreto de 2012, 13 (treze) vagas suplementares no decreto de 2013, e 16 (dezesesseis) vagas suplementares no decreto de 2014. Sendo que o decreto de 2012 instituiu o número de 22 (vinte e duas) vagas suplementares a serem abertas até o ano de 2017.

Coube a resolução vigente (Resolução Normativa 052/CUN/2015, que determina normas para os processos seletivos dos anos de 2016 a 2022) definir o número de 22 (vinte e duas) para

estudantes indígenas ingressantes nas vagas suplementares, e o limite de 3 (três) vagas por curso. Assim define o texto legal:

Art. 10 Para a implementação do acesso dos candidatos pertencentes aos povos indígenas residentes no território nacional e nos transfronteiriços, de que trata o inciso III do art. 3º desta Resolução Normativa, serão destinadas vinte e duas vagas suplementares para ingresso nos cursos de graduação durante o período de que trata esta resolução, a serem preenchidas por aqueles candidatos que melhor se classificarem no processo seletivo.

§ 2º As vagas a que se refere o caput deste artigo serão criadas especificamente para esse fim nos cursos em que houver candidatos aprovados, observado o limite de três vagas por curso. (UFSC, Resolução Normativa 052/CUN/2015).

2) Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Curso de graduação em licenciatura, institucionalizado pela resolução n° 004/CEG do ano de 2010, criado para atender aos povos indígenas do Sul, povo Kaingang, Xokleng e Guarani. Iniciado em fevereiro de 2011, o curso prevê a formação de professores indígenas em nível superior com preparo para lecionar em escolas indígenas.

3) Lei de cotas, Lei 12.722/2012, que determinou que 50% de vagas destinadas a cotistas. A chamada lei de cotas, é uma lei federal, sancionada em 29 de agosto de 2012. Ela instituiu que o ingresso para universidades federais e institutos federais de ensino médio de nível técnico tenham a obrigatoriedade de reservar, por curso e turno, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente escolas públicas.

Instituiu também que as vagas reservadas para estudantes de escolas públicas serão preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI). Assim instituiu a legislação

“Em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.” (BRASIL, 2012).

No ano de 2016, através da lei 13.409/16, foram incluídas pessoas com deficiência no rol de aqueles beneficiados pela lei.

De acordo com o parágrafo oitavo da lei as instituições teriam um prazo de 4 anos, a partir da data de publicação da lei, para o cumprimento integral das porcentagens de vagas. O mesmo parágrafo determina a obrigação das instituições de implantar, a cada ano, o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) a cada ano da publicação da lei.

Portanto, a legislação proporcionou um prazo de alguns anos para a adequação integral da nova regra de disputa de vagas nas instituições de ensino. Sendo que, até o ano de 2016 a proporção de 50% (cinquenta por cento) das vagas deveria ter sido implementada. Cabendo também um prazo de 10 (dez) anos para revisão do programa, a partir da redação do artigo sétimo da mesma.

No que diz respeito ao modelo de acesso da Lei de cotas temos a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas. São vagas destinadas àqueles que escolhem esse tipo de acesso, e que somente competem entre si. Quando o candidato tem acesso às vagas destinadas as cotas PPI ele estará concorrendo com os outros autodeclarados pela porcentagem que lhes cabe. O material de apoio do programa Promoção da Igualdade

Étnico Racial no Ensino Superior (ProExt 2014 MEC/SESu) nos situa melhor o público que a Lei tem como meta favorecer:

Com a implementação da Lei, os 50% de vagas reservadas às cotas são subdivididas: metade (25%) para candidatos com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*, a outra metade (25%) destinada aos candidatos com renda familiar bruta mensal superior a um salário mínimo e meio *per capita*. Dentro de cada uma dessas partes são reservadas vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), na proporção da somatória desses grupos na população de cada estado (Programa da Igualdade Étnico-Racial no Ensino Superior, 2014, p.7).

Por proporção estabelecida pela legislação, no estado de Santa Catarina, a proporção para candidatos indígenas é de 16%. Proporção referente até o ano de 2016.

Este TCL pretende analisar os modos de ingresso dos indígenas na UFSC pelas vagas suplementares, mostrando que apesar da abertura de vagas para os indígenas estudar em seus cursos de graduação, eles tinham muitas dificuldades para acessar esse benefício.

Neste contexto, o trabalho apresentado é fruto de envolvimento em um projeto de extensão, no qual eu acreditava, com uma intenção de mudança no cenário da UFSC. Entendendo a UFSC como instituição que deve acolher e ter como norte ser cada vez mais capaz de receber e reconhecer ferramentas para a utilização de seu espaço.

Irei analisar uma experiência de trabalho que se deu junto a um contingente plural de pessoas, com contexto diferentes, históricos distintos, e tentar demonstrar que esse trabalho da equipe do PROEXT

serviu para abrir portas e modificar o cenário de acesso dos indígenas na instituição UFSC.

. O Projeto de extensão ‘Indígenas e Negros no Ensino Superior e em Acervos Virtuais<sup>1</sup>’ do qual participei, tinha como objetivo contribuir para facilitar o acesso às vagas suplementares para candidatos indígenas. Eu, pessoalmente, fui bolsista desse Programa de extensão por 3 anos, do ano de 2013 ao ano de 2015.

Proponho um breve estado da arte de como as políticas de cotas surgem no mundo e nas pesquisas e quais perspectivas de análise do tema.

Assim, para compreender o contexto de implantação das políticas de cota da UFSC, primeiramente traremos um resgate mais amplo da política de cotas no Brasil. No segundo momento vou abordar a situação do Programa de Ações Afirmativas (PAA) e a vagas suplementares para alunos dos cursos regulares da UFSC.

Também vou avaliar o quadro histórico da instituição, os percentuais de vagas adquiridos pelos povos indígenas ao longo da implantação da lei de cotas, os direitos adquiridos e as demandas dos povos frente à nova jornada no ensino superior. Nesse sentido, pretende-se analisar o quadro histórico, de leis da política de cotas no Brasil e na UFSC, conjuntamente com os resultados levantados nos trabalhos de campo e dos encontros com a população indígena.

No terceiro momento, irei analisar as dificuldades que os indígenas passavam para acessar as vagas suplementares na UFSC, e de como essas

---

<sup>1</sup> Projeto este que foi coordenado pela professora Antonella M. I. Tassinari ao ano de 2012, pelo professor Marcelo H. R. Tragtenberg no ano de 2013, e nos anos de 2014 e 2015 pela professora Edviges Marta Ioris.



dificuldades foram sendo superadas através do Projeto de Extensão, que possibilitou que em 2014 todas as 13 (treze) vagas ofertadas fossem preenchidas. Em 2017 foi criada a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade (SAAD), que desde então assumiu institucionalmente o papel de facilitador no acesso dos indígenas as vagas suplementares ofertadas pela UFSC.

O trabalho a ser apresentado baseia-se em argumentos qualitativos e quantitativos, visando melhorar o entendimento acerca dos significados existentes da convivência de alunos de população indígenas no contexto da universidade.

## **II – O sistemas de cotas no mundo: Por que as cotas?**

### **2.1 A emergência dos sistemas cotas no sistema educacional**

As políticas de ações afirmativas, ou políticas de cotas, sendo elas étnico-raciais, ou de incentivo às mulheres ou deficientes, é alvo de análise e debate em muitos países do globo. As políticas de cotas são relativamente novas, tendo como início a década de 1940 na Índia, onde foram adotadas políticas de ação em favor dos menos favorecidos.

Política de cotas são políticas de ação afirmativa, que segundo o antropólogo Jocélio Teles dos Santos:

[...]são medidas que visam criar oportunidade iguais para grupos, e populações excluídas do ponto de vista social. Trata-se de ações que preveem diferentes formas de execução e têm como objetivo promover maior inserção desses grupos e populações seja nos sistemas de saúde e educação, seja no mercado de trabalho (SANTOS, 2012, p. 212)

Ao antropólogo Kabengele Munanga, elas “visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação” (MUNANGA, p.31, 2001).

Na Índia, quando foram implementadas cotas em termos legais de políticas de acesso, na década de 1940, o fez em razão da falta de representatividade que pessoas mais pobres e de minorias religiosas estavam sofrendo no sistemas de ensino, no mercado de trabalho e instituições públicas. Esta cota foi pensada para que essa falta de representação fosse modificada a medida que as políticas de inserção em instituições de ensino e de serviço público entrassem em vigor. Assim ilustra Santos

[...]No contexto da descolonização, o intelectual indiano Bhimrao Ramji Ambedkar idealizou um sistema de cotas para as castas, pelo qual se reservaram vagas para os intocáveis (*dalits*), determinadas minorias religiosas, tribos e castas, e os *djiva*. (SANTOS in LIMA, 2012, p.212).

A utilização de cotas para promover a igualdade visava justamente ajustar as deficiências causadas pelo processo de colonização do país asiático, que provocou uma profunda desigualdade social justamente proporcionado pelo processo de colonização.

Analisando as políticas de cotas para grupos ou classes socialmente desfavorecidos, Santos (2012) destaca que:

Na Índia [...] há previsão constitucional, desde 1949, para a adoção de medidas

especiais em favor das classes desfavorecidas, sendo obrigatórias no serviço público, na educação e em todos os órgãos estatais” (Santos, 2001, p.72).

Na mesma direção, Santos ressalta que o direito adquirido pelos *dalits* (intocáveis – a mais subalterna das castas indiana) fora instrumentalizado através do argumento de que “não havia proporcionalidade entre a representação e o percentual populacional a que correspondiam.” (Santos, p.212).

Portanto, o sistema de cotas no país asiático foi aplicado como direito coletivo. Como forma de amenizar ou enfrentar de forma pragmática as desigualdades vários países do mundo, também foram adotados as ações afirmativas. Santos (2012) enumera alguns casos, como:

Bósnia: a representação das mulheres em cargos políticos não pode ser inferior a 29%; b) China: há cotas de representação das minorias na Assembleia Nacional em Pequim e para o ingresso nas universidades; c) Macedônia: minorias como os albaneses desfrutam de cotas para o acesso a universidades do Estado e ao serviço público; d) Nova Zelândia: indivíduos descendentes de grupos polinésios e indígenas maori têm acesso preferencial a cursos universitários e bolsas; e) Indonésia: existe programa de ação afirmativa voltado para grupos nativos que migraram para o país; f) Eslováquia: ações afirmativas destinadas a grupos raciais ou minorias; g) Irlanda do Norte: garantia de igualdade no recrutamento de católicos e não católicos para o serviço social; h) África do Sul: cotas e metas consagradas à promoção de equidade no mercado de trabalho. (Santos, p.213)

## 2.2 Sistema de cotas educacionais no Brasil

Em comparação com outros estados nação do planeta a legitimação do sistema de cotas no sistema educacional brasileiro veio tardiamente.

O Brasil aderiu muito tardiamente o sistema de inclusão por cotas no seu sistema de ensino. Somente no início do século XXI, com a implantação do sistema de cotas na universidade federal da Unb (Universidade Federal de Brasília) no ano de 2004, e outras universidades federais e estaduais na mesma época, que foram implantados os primeiros modelos de inserção por vagas de cotas. Somente com a Lei de Cotas n ° 12.711/12 que o Brasil instituiu o sistema de cotas no sistema de ensino, em nível nacional.

Porém, ao longo do século XX, tiveram, no Brasil, algumas legislações pertinentes a cotas na tentativa de amenizar e defender alguns setores da sociedade no âmbito do mercado de trabalho, do sistema partidário e nas vagas para concurso públicos.

Para Carlos Alberto Medeiros (2007), a política de cotas no Brasil teve lugar com algumas medidas pontuais em meados do século XX, com a intenção de barrar a discriminação no contexto do mercado de trabalho.

No Brasil, embora a expressão “ação afirmativa” seja quase que invariavelmente associada à experiência norte-americana, vista como algo que se aplica exclusivamente aos negros e reduzida à política de cotas, a ideia de dispensar um tratamento positivamente diferenciado a determinados grupos em função da discriminação de que são vítimas já está

presente na legislação brasileira há muito tempo. Exemplo disso é a chamada Lei dos Dois Terços, implementada na década de 1930 para garantir a participação majoritária de trabalhadores brasileiros nas empresas em funcionamento no Brasil, numa época em que muitas firmas de propriedade de imigrantes costumavam discriminar os trabalhadores nativos, sobretudo em São Paulo e nos Estados do Sul. (Medeiros in Santos, 2007, p.123)

Segundo Jocélio Teles dos Santos (2012) a primeira proposta brasileira de reserva de vagas data-se em 1968. Neste ano técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho propuseram a obrigatoriedade de empresas privadas a manter uma porcentagem mínima de negros nos cargos de funcionamento. Para Santos essa proposta de reserva de vaga visava amenizar a discriminação racial sofrida pelos negros ao serem rejeitados na grande maioria das entrevistas de emprego.

No âmbito legal mudanças significativas para o sistema de cotas foram realizadas com a Constituição Federal brasileira de 1988. A partir de sua vigência foi proporcionado alguns avanços na discussão de um sistema diferenciado para alguns setores sociais.

A promulgação da Constituição Federal vigente (1988) estabeleceu novos parâmetros para adoção do sistema de cotas. Logo após seu decreto, a Lei nº 8.112/90 assegurou aos portadores de necessidades especiais a cota de, até, 20% de vagas na vagas oferecidas em concursos públicos (artigo 5º, parágrafo segundo). Já a lei 9100/96 proporcionou a reserva de 20% para as mulheres das candidaturas dos partidos políticos.

Concernente ao aspecto educacional no Brasil, nos alerta Marcus Eugênio Oliveira Lima, Paulo Sérgio da Costa Neves e Paula Barcellar e Silva (2014), que ainda dentro da vigência governamental de Fernando Henrique Cardoso, se inicia uma discussão acerca da implantação de políticas de ações afirmativas em instituições federais, porém a política não passa da intenção e acabou sendo postergada. Assim retratam os autores:

Em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, pela primeira vez foi considerada a possibilidade de implantação de políticas de ação afirmativa no nível federal. No entanto, o assunto foi esquecido, sendo retomado apenas depois de pressões da sociedade civil e de movimentos sociais organizados (LIMA, M.E et al., 2014)

Foi nesse contexto de lutas e muda mudanças sociais, em conjunto com novos ares trazido pela entrada do governo Lula no ano de 2003, na presidência da república, que, no ano de 2004, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal brasileira a adotar o sistema de cotas para estudantes de escola pública, negros e indígenas.

Impulsionadas pela luta dos movimentos sociais e a busca por melhores modelos de inserção social, novos modelos de conduta quanto a segregação de setores marginalizados da sociedade, que as universidades Estaduais e Federais do Brasil, autonomamente, aderiram ao seu sistema de seleção de vagas as cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros e indígenas.

As razões para a utilização de mecanismos como as ações afirmativas demonstram que são modos de enfrentamento a discriminação contra grupos excluídos historicamente, sejam negros e

indígenas afetados pelo sistema escravocrata vigente até final do século XX, mulheres afetadas por um sistema patriarcal e excludente, sejam deficientes afetados pela falta de estrutura básica disposta pelo Estado e instituições públicas e privadas.

A implantação do sistema de ações afirmativas para pessoas com deficiência, negros, indígenas, transgêneros, decorre em virtude da discriminação e das disputas de poder que oprimiram e segregaram direitos à parte significativas da sociedade. Segundo o jurista Joaquim B. Barbosa Gomes (2007) a representação em setores públicos e privados deve ser política pública do Estado. Segundo Gomes (2007):

Partindo da premissa de que tais grupos normalmente não são representados em certas áreas ou são sub-representados seja em posições de mando e prestígio no mercado de trabalho e nas atividades estatais, seja nas instituições de formação que abrem as portas ao sucesso e às realizações individuais, as políticas afirmativas cumprem o importante papel de cobrir essas lacunas, fazendo com que a ocupação das posições do Estado e do mercado de trabalho se faça, na medida do possível, em maior harmonia com o caráter plúrimo da sociedade. (2007, p.58)

Para Gomes (2007) o Estado deve assegurar mecanismos de igualdade de oportunidade e deve adotar uma nova postura perante as desigualdades

Nessa nova postura o Estado abandona a sua tradicional posição de neutralidade e de mero espectador dos embates que se travam no campo da convivência entre os homens e passa a atuar “ativamente na busca” da concretização da

igualdade positivada nos textos constitucionais.  
(2007, p.51)

### **2.3 As contestações às Ações Afirmativas**

O sistema jurídico, impulsionado por um novo modelo de tratamento às pluralidades, estabeleceu novos padrões de acesso a cargos públicos, a sistema político/partidário, às universidades. No entanto essa nova política universalista adotada enfrenta posições contrárias para alguns tipos de padrões.

Diferente das políticas de cotas para mulheres ou deficientes, as cotas de acessos para negros e indígenas foram alvo de ações de inconstitucionalidade.

As ações direta de inconstitucionalidade, ADIN ou ADI, são peças processuais que acionam o sistema jurídico, especificamente o Supremo Tribunal Federal (STF), para que este tome conhecimento de condutas institucionais e decida se essas condutas estão de acordo com os preceitos normativos da constituição em vigor no país.

Segundo Jocélio dos Santos (2012), somente quando as novas políticas de acesso foram implementadas pelas universidades federais e estaduais no Brasil que as políticas de ação afirmativas sofreram ações de mandato de segurança alegando ferir preceitos fundamentais da Constituição.

Assim nos esclarece Santos (2012)

[...] o sistema jurídico só foi acionado após a introdução do sistema de cotas para



alunos egressos de escolas públicas, negros e indígenas nas universidades públicas estaduais e federais. Os mandatos de segurança desde então impetrados têm atentado para a inconstitucionalidade das decisões normativas dos conselhos universitários (p.216/217)

Um dos exemplos é a Ação de Inconstitucionalidade contra a UnB no ano de 2009, ajuizada pelo Partido Democratas (DEM) no STF, contra atos administrativos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (Cepe/UnB) alegando que a universidade teria ferido o princípio republicano (artigo 1º, caput da CF/88), e o da dignidade da pessoa humana (inciso III do artigo 1º).

A Ação impetrada no sistema jurídico brasileiro pelo Partido Democrata (ADPF 186), como também uma ação de inconstitucionalidade contra o Programa Universidade para Todos (ProUni) (ADI 3330) geraram a discussão de constitucionalidade na pauta de julgamento do Superior Tribunal Federal (STF), última instância do sistema jurídico brasileiro.

Para o Partido Democratas a implantação de reserva de vagas para ingresso na Universidade de Brasília (UnB) com base no critério étnico-racial no processo de seleção estaria em desacordo com alguns preceitos da Constituição Federal de 1988, como a de repúdio ao preconceito de raça, ao racismo, discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, dentre outros. Em síntese o ex-Ministro do STF e relator do processo, Ricardo Lewandowski, definiu que o pedido feito pelo Partido Democratas significava “que a discriminação supostamente existente no Brasil é uma questão social e não racial.” (STF, ADPF 186, p.2).

Após longo tratamento acerca da constitucionalidade do programa de acesso por cotas na UnB, o STF julgou constitucional o sistema de cotas implementada na universidade, gerando entendimento para a promulgação da Lei 12.711/12. Esta dispõe sobre ingresso de autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência, nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Relator da decisão sobre a constitucionalidade das cotas étnico-raciais, ex-Ministro, Ricardo Lewandowski, arguiu que o Estado tem o dever de dar bases materiais entre os indivíduos para que superem as desigualdades ao qual são submetidos. Segundo ele:

Para possibilitar que a igualdade material entre as pessoas seja levada a efeito, o Estado pode lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um número indeterminado de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural, seja de ações afirmativas, que atingem grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo a estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares<sup>2</sup> (STF, 2012, p.50).

Assim, seguindo o relator, a decisão do STF em favor da constitucionalidade da reserva de vaga para os candidatos indígenas e negros assegurou à Universidade de Brasília a continuidade do sistema de cotas em seu modelo de acesso.

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>

Na decisão os membros do Superior Tribunal Federal votaram por unanimidade o indeferimento do pedido de inconstitucionalidade. Dentre a argumentação dos Ministros do Superior Tribunal Federal, em defesa das cotas para estudantes de escola pública, negros e indígenas no ensino superior, foi arguido que as cotas estão a favor do princípio da igualdade, que preconiza uma sociedade solidária, também a erradicação da situação da marginalidade e desigualdade, e que, ainda, promove setores sociais históricos e culturalmente desfavorecidos.

As opiniões acerca das cotas também são discutidas a partir de embate de ideias e quais objetivos podem ser alcançados, ou não, com a adesão das cotas. Clarissa Rocha de Melo (2014) nos auxilia com o embate entre antropólogos, em que cada parte seleciona o quão normatizado deve ser as políticas de ação afirmativa.

Em sua tese “Da Universidade à casa de rezas Guaranis e vice-versa: Reflexões sobre a presença indígena no Ensino Superior a partir das experiências dos Guarani na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica/UFSC”, Rocha de Melo (2014) traz diferentes abordagens, mesmo dentro da Antropologia. Uma delas é a dos pensadores que são contrários ao sistema de cotas para estudantes negros e indígenas, como os antropólogos Yvonne Maggie e Peter Fry. Eles sugerem que as medidas em prol da igualdade étnico-racial como cotas estariam em desacordo com uma política em favor da igualdade, pois incitariam ainda mais o racismo.

Maggie e Fry (2002) explicam que a Constituição de 1988, as palavras ‘raça’ e ‘racismo’ aparecem no sentido de repudiar ‘raça’ com critério de distinção. Argumentam que as medidas pós-Durban, ao proporem ações afirmativas em prol da

‘população negra’, rompem não só com o a-racismo e o anti-racismo tradicionais, mas também com a forte ideologia que define o Brasil como país da mistura (Melo, 2014, p.93)

Por outro lado, Rocha de Melo revela a posição dos antropólogos José Jorge de Carvalho e Rita Segato, que se colocam favoráveis às cotas e atuantes em sua efetivação, sob afirmação de que a inclusão somente da classe pobre nas escolas não é o bastante, mas que também são necessárias as cotas étnico-raciais. Assim, para esses dois antropólogos da Universidade de Brasília deve se haver também uma política de acesso para negros e indígenas.

Completa Rocha de Melo que “Não há um consenso sobre as *Ações Afirmativas* como mecanismo privilegiado de acesso ao Ensino Superior, principalmente no que tange às necessidades dos grupos indígenas e suas especificidades culturais” (p.94).

Embora existam divergências entre pesquisadores do tema sobre a eficácia do sistema de cotas para desconstrução de problemas como o preconceito étnico-racial e a desigualdade racial e étnica no mundo acadêmico, o embate está na legitimidade da solução para tais problemáticas.

### **III. Por que sistemas de Cotas**

#### **3.1 Cotas para Negros**

As ações afirmativas são políticas que visam dar o tratamento adequado para desigualdades estabelecidas por problemas estruturais,

assim como também fomentam uma discussão do status quo do sistema meritocrático de entrada nas universidades e uma abertura para analisar os entraves no sistema público e privado de ensino.

No debate de igualdade de acesso e permanência, como em uma instituição pública de ensino superior, encontramos argumentos controversos. Em um dos lados do debate encontramos o argumento em prol das políticas de cunho universal, que convoca a melhoria do sistema público de ensino em oposição às cotas. Por outro lado, a defesa da política de reparação, na qual defende o sistema de cotas como reversão da discriminação étnico-racial historicamente perpetrada.

Ponto de extrema importância para o debate da relação do Estado e questões de intolerância foi o sistema escravocrata. Este oportunizou a compra e venda de indígenas e negros dentro da ordem legal do país, ocorrendo até o ano de 1888, quando foi assinada a lei de 13 de maio de 1888, chamada Lei Aurea.

Contudo, como demonstra Carlos Rodrigues da Silva (2010), as motivações para a abolição eram de cunho econômico e de interesse da elite aliada a igreja católica, e não por causas humanistas. Para Silva, a perpetuação do regime escravocrata no Brasil já não era de serventia econômica para a elite brasileira. Juntamente a isso o período da abolição da escravatura no Brasil foi marcado por uma série de rebeliões e forte conquista de quilombos que fortaleceram a transformação do regime escravocrata.

Apoiado no pensador Kabengele Munanga, Silva (2010) aponta que entre o final do século XIX e início do século XX um avanço das políticas de imigração de europeus e referenciais teóricos europeus fazem prevalecer uma política de ‘branqueamento’ nas concepções de

Estado no ordenamento nacional. No entanto essa noção de ‘branqueamento’, segundo Silva, aferia a pessoas de fenótipo negro a inferioridade em relação as pessoas de pele branca, imputando ao mestiço uma incapacidade inerente a sua pessoa. Segundo Silva “essas mesmas teorias imputavam aos mestiços uma incapacidade de contribuir com o desenvolvimento sociocultural do país, e, principalmente, de contribuir positivamente com a construção de uma identidade nacional” (2010, p.69).

Essa noção de inferioridade ligada à pessoa mestiça logrou até meados do século XX, pois com a adoção de novas concepções científicas se consolidou um novo paradigma, a noção de democracia racial, desenvolvida por Gilberto Freyre.

Segundo a tese de Gilberto Freyre, as relações entre raças vividas no período de escravidão no Brasil, não tiveram efeitos tão danosos para a formação da identidade cultural. Apesar da relação de violência, para Freyre, prevaleceu uma relação harmoniosa entre raças, representado na figura da pessoa mestiça que, segundo o pensador, seria o modelo de “avanço” do bem-estar na sociedade brasileira.

A conceituação de ‘democracia racial’, fundada pelo pensador brasileiro Gilberto Freyre, se baseia na concepção de que o Brasil seria um lugar mais propício para uma sociedade mais democrática, em virtude de ser fundada sobre a mestiçagem. Para Freyre, o Brasil, mesmo sob violência de brancos contra negros, teria maior aptidão para uma relação de mutualidade, pois o Brasil teria entre os povos uma relação de cordialidade.

Silva ressalta que a “Missão da UNESCO” que veio ao Brasil na década de 1950 em razão da “ideia de democracia racial”, fez com

que a teoria perpetuasse e ganhasse grande notoriedade. A manutenção deste mito até a década de 1970 a consagrou como um pensamento hegemônico acadêmico e que contribuiria para a exclusão dos negros na sociedade brasileira.

Um importante passo para a implantação das ações afirmativas no Brasil está na aprovação da Declaração e do Plano de Ação da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlatas, realizada em Durban, África do Sul, no ano de 2001.

A adesão do governo brasileiro em comitiva à Conferência representou a concordância ao programa de ação e às suas declarações. O programa que dentre suas perspectivas defendia:

Os princípios de igualdade e não-discriminação reconhecidos na Declaração Universal de Direitos Humanos e incentivando o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer tipo, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outro tipo de opinião, origem social e nacional, propriedade, nascimento ou outro status.

A III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata<sup>3</sup>, também previa o dever do Estado de medidas imediatas para eliminação do racismo e intolerância.

Reafirmando os princípios dos direitos iguais e da autodeterminação dos povos e lembrando que todos os indivíduos nascem iguais em dignidade e direitos, enfatizando que a igualdade deve ser

---

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-assuntos-internacionais/documentofinal\\_conferenciadurban.pdf](http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-assuntos-internacionais/documentofinal_conferenciadurban.pdf)

protegida como questão de prioridade máxima e reconhecendo o dever dos Estados em tomar medidas rápidas, decisivas e apropriadas visando eliminar todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata (Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, p.2)

Acerca da posição do Estado brasileiro sobre as práticas discriminatórias Sales Augusto dos Santos (2005) atenta para o contexto no qual o governo brasileiro enviou comissão para a III Conferência, e o que representou institucionalmente. Segundo o autor,

Sob a pressão dos movimentos negros, o governo Fernando Henrique Cardoso iniciou publicamente o processo de discussão das relações raciais brasileiras, em 1995, admitindo oficialmente, pela primeira vez na história brasileira, que os negros eram discriminados. Mais do que isso, ratificou a existência de discriminação racial contra os negros no Brasil durante o seminário internacional Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos, organizado pelo Ministério da Justiça, em 1996. (p.17)

A ratificação da existência de discriminação a qual retrata Santos foi produto de uma pressão de movimentos sociais e de ações pontuais que obrigaram o Estado a desempenhar medidas imediatas para sanar intolerâncias. A falta de compensação aos descendentes de escravizados após a abolição é um dos principais argumentos mobilizados para demandar uma atuação do Estado brasileiro visando especificamente esses segmentos da população. Temos na Carta Maior da legislação brasileira, a Constituição Federal de 1988, que apenas no



ano de sua promulgação reconheceu os títulos das propriedades de terra aos remanescentes de quilombos. Em seu artigo 68 (sessenta e oito), a Constituição reconhece como obrigação do Estado brasileiro o título a aqueles que ainda estejam ocupando terras já consideradas quilombos.

Relata o texto:

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (Brasil, 1988)

Kabengele Munanga (2001), em seu texto “Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas” revela que a intolerância quanto aos negros no Brasil surtiram problemas de ordem econômicas, sociais e que precisam de mudanças imediatas. O autor sugere um estudo de Ricardo Henriques com dados alarmantes

Vozes eloquentes, estudos acadêmicos qualitativos e quantitativos recentes, realizados por instituições de pesquisa respeitadíssimas como o IBGE e o Ipea, não deixam dúvidas sobre a gravidade gritante da exclusão do negro, isto é, dos pretos e mestiços na sociedade brasileira. Fazendo um cruzamento sistemático entre o pertencimento racial e os indicadores econômicos de renda, emprego, escolaridade, classe social, idade, situação familiar e região ao longo de mais de 70 anos desde 1929, Ricardo Henriques chega à conclusão de que ‘no Brasil, a condição racial constitui um fator de privilégio para brancos e de exclusão e desvantagem para os não-brancos. Algumas cifras assustam quem tem preocupação social aguçada e compromisso com a busca de igualdade e equidade nas sociedades humanas’:

- do total dos universitários brasileiros, 97% são brancos, 2% negros e 1% descendentes de orientais;
- sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros;
- sobre 53 milhões de brasileiros que vivem

na pobreza, 63% deles são negros (Henriques Apud Munanga, 2001, p.31/32)

Munanga (2001), defende que a implantação do sistema de políticas de ações afirmativas deve ser feita em razão da desigualdade racial e étnica presentes. O pensador afirma que o mito da democracia racial ainda resiste no imaginário coletivo brasileiro, e que somente com a admissão do preconceito étnico-racial as mudanças podem ser feitas. Assim coloca Munanga: “Não era possível imaginar as propostas de ação afirmativa num país onde até há pouco tempo se negavam os indícios de preconceitos étnicos e de discriminação racial” (p.35).

### **3.2 Cotas para Indígenas**

Em igual medida que os povos africanos foram trazidos para território brasileiro e aqui escravizados, os povos originários aqui presente foram também submetidos a regime de escravidão. O longo período de escravidão aqui instalado segregou os povos indígenas à tutela do Estado, que os submeteu a dizimação em larga escala, trazendo inúmeras mazelas a população indígena, além de confrontos culturais e territoriais.

Darcy Ribeiro (1995), através de seu livro ‘O povo brasileiro’<sup>4</sup>, ressalta a relação escravocrata entre os colonizadores e os povos originários. Ribeiro sintetiza que algumas das etnias indígenas foram

---

<sup>4</sup>Disponível em:

[http://www.iphi.org.br/sites/filosofia\\_brasil/Darcy\\_Ribeiro\\_-\\_O\\_povo\\_Brasileiro-\\_a\\_forma%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_o\\_sentido\\_do\\_Brasil.pdf](http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-_a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf)

feitas escravas para que seu conhecimento das terras brasileiras fosse utilizada em favor do império.

Muitos outros povos indígenas tiveram papel na formação do povo brasileiro. Alguns deles como escravos preferenciais por sua familiaridade com a tecnologia dos paulistas antigos, como os Paresi. Outros, como inimigos irreconciliáveis, imprestáveis para escravos porque seu sistema adaptativo contrastava demais com o dos povos Tupi (p.35)

A perpetuação do sistema escravocrata contribuiu em larga medida, para a diminuição da população indígena que aqui residia. Darcy Ribeiro (1995) retrata o início do contato e como os povos indígenas foram reestruturados a partir das instalações coloniais:

Em poucas décadas desapareceram as povoações indígenas que as caravelas do descobrimento encontraram por toda a costa brasileira e os primeiros cronistas contemplaram maravilhados. Em seu lugar haviam se instalado três tipos novos de povoações. O primeiro e principal, formado pelas concentrações de escravos africanos dos engenhos e portos. Outro, disperso pelos vilarejos e sítios da costa ou pelos campos de criação de gado, formado principalmente por mamelucos e brancos pobres. O terceiro esteve constituído pelos índios incorporados à empresa colonial como escravos de outros núcleos ou concentrados nas aldeias, algumas das quais conservavam sua autonomia, enquanto outras eram regidas por missionários (p.53).

Segundo Ribeiro, as povoações indígenas foram substituídas por povoações de escravos, negros e indígenas, assim como por mamelucos e brancos pobres, muitas vezes usados como força de trabalho ou em expedições armadas.

Em relação aos povos indígenas, Manuela Carneiro da Cunha (1992), no livro ‘História dos índios no Brasil’<sup>5</sup>, também demonstra como o sistema escravocrata no Brasil, colaborou com a diminuição da população indígena. Segundo a autora,

[...]as guerras de conquista e de apresamento em que os índios de aldeia eram alistados contra os índios ditos hostis, as grandes fomes que tradicionalmente acompanhavam as guerras, a desestruturação social, a fuga para novas regiões das quais se desconheciam os recursos ou se tinha de enfrentar os habitantes (ver, por exemplo, Franchetto e Wright in Carneiro da Cunha [org.] 1992), a exploração do trabalho indígena, tudo isso pesou decisivamente na dizimação dos índios” (1992, p.15).

Ao longo dos séculos de era colonial, no Brasil, os indígenas tiveram suas crenças e tradições desacreditadas e modificadas pela imposição da evangelização imposta pela Coroa Portuguesa. Os povos indígenas foram impostos ao controle de suas terras e seus corpos ao trabalho por atribuições das hierarquias da Coroa Portuguesa e novamente pela República brasileira. Com o marco da proclamação da república o Estado brasileiro instituiu o regime de tutela a população indígena. Ficou resguardado o direito à terra delimitada pelo Estado. Assim nos esclarece Manoel Nascimento de Souza e Erivaldo Moreira Barbosa, acerca das transições constitucionais,

Ressalvada a omissão da Constituição Outorgada de 1824 e a Carta Republicana de 1891 em não tratar os interesses indígenas, somente no texto constitucional de 1934 surge uma política de tutela desses direitos, em especial ao respeito a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados (artigo 154).

---

<sup>5</sup>Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/35025.pdf>

Entretanto, o que se institucionalizou foi uma política de integração dos considerados como silvícolas (aquele que vive na selva, estranho à civilização, à comunhão nacional), ou seja, o modo próprio de organização, crença e costumes das populações tradicionais não constituía parte integrante da identidade nacional do país, devendo os integrantes destas populações se adequarem a um modelo de sociedade imposto, renegando suas identidades em nome de sua inserção à nação brasileira. (Souza & Barbosa, disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8978&revista\\_caderno=9](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8978&revista_caderno=9))

Os indígenas somente puderam requerer sua plena capacidade civil com a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), com o preceito de que a capacidade civil seria expedida pelo sistema judicial sob os critérios do Estado.

Com a instituição da Constituição Federal de 1988 houve uma quebra na perspectiva de incapacidade da população indígena. Um dos avanços feitos pela Magna Carta é a legitimidade aos indígenas ingressarem em juízo, como descreve o artigo 232 da CF “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.” (Brasil, 1988). A constituição, em seu artigo 231, também optou por proteger sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (Brasil, 1988). Porém o Estado brasileiro cabe avançar no que diz respeito aos direitos indígenas. Por meio de políticas públicas que se deve atingir o estágio de reconhecimento devido a população indígena, como parte formadora da

cultura brasileira. Uma dessas políticas públicas se qualifica na política de cotas para população indígena. Somente através da inserção de estudantes indígenas se poderá manter sua ancestralidade e fazer esses estudantes virarem professores e profissionais com capacidade para reestruturar as mazelas.

#### **IV. A prática de cotas na UFSC- o desafio das cotas para indígenas**

##### **4.1 A formulação do programa de Ações Afirmativas (AAs)**

Inicialmente a instituição UFSC, no ano de 2007, deu um passo importante para modificar a maneira de tratamento de oportunidade para população indígena e negra. Apoiado no caráter autônomo da qual dispõe esta Instituição de Ensino Superior para decidir sobre os critérios utilizados para o seu ingresso, o Conselho Universitário (CUUn) em resolução normativa (RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 008/CUN/2007, de 10 de julho de 2007), decidiu por uma política de ampliação de acesso, definindo os beneficiados:

Art. 2º O "Programa de Ações Afirmativas" da Universidade a que se refere o artigo anterior destina-se aos estudantes que: I – tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituição de ensino pública; II – pertençam ao grupo racial negro, na forma prevista nesta Resolução Normativa; III – pertençam aos povos indígenas.

A criação das vagas suplementares tinha como objetivo as 5 (cinco) vagas a candidatos indígenas, com a criação de 1 (uma) vaga a

mais por ano, que até o ano de 2013<sup>6</sup> completaria um total de 10 (dez) vagas. Como descrito no artigo nono, da resolução normativa de 2007:

Art. 9º: Para a implementação do acesso aos candidatos pertencentes aos povos indígenas, a que se refere o inciso III do art. 2º, serão criadas 5 (cinco) vagas suplementares que serão preenchidas pelos candidatos melhor classificados no vestibular.

Ao ano de 2012 a UFSC teve que se adequar à nova lei federal, a Lei de cotas de nº 12.711, que normatizou a porcentagem de vagas destinadas aos candidatos a vagas de cotas, para indígenas, negros, pardos e escolas públicas. As vagas suplementares também tiveram suas alterações durante adequação do PAA, sendo implementado o número de 3 (três) vagas ao ano, para que até 2017 se alcançasse o número de 22 (vinte e duas) vagas suplementares.

Com o intuito de facilitar a o acesso as vagas suplementares foi criado o programa de extensão Promoção da Igualdade Étnico-Racial no Ensino Superior (ProExt Mec/SESu). Desenvolvido por pesquisadores da UFSC vinculados ao NEPI (Núcleo de Estudo de Povos Indígenas) do Departamento de Antropologia, ao Grupo de Pesquisa 'Escolarização, práticas docentes e conhecimentos pedagógicos' do Centro de Ciências da Educação e membros da Comissão de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas. O projeto foi realizado do ano de 2012, ao ano de 2015.

---

<sup>6</sup> O motivo pelo qual temos o ano de 2013 como ano proposto para parâmetro de reserva de vagas suplementares seria que a partir de 2012 a instituição UFSC deveria se adequar ao novo padrão de vagas de acordo com a lei federal 12.711/12.

## V. O Projeto de Extensão junto aos indígenas

Embora a UFSC tenha propiciado vagas suplementares aos indígenas, eles tiveram dificuldades de acessá-las. No primeiro vestibular, em 2008, somente 7 indígenas tiveram sua inscrição protocolada. Mesmo com um número pequeno de vagas (5 vagas), o número de inscritos no primeiro vestibular se verificou ínfimo para um vestibular com um histórico de vagas tão desejado.

O número de inscritos para vagas suplementares indígenas do vestibular do ano de 2008 ao ano de 2013 demonstra uma significativa problemática de alcance do programa de ações afirmativas na UFSC.

Desde o primeiro ano vigente do PAA, 2008, até o ano de 2013 foram oferecidos 45 vagas suplementares para indígenas. Sendo que apenas 61 inscrições foram efetivadas. Segundo Tassinari, Ioris, Almeida e Jesus (2013), o cenário das vagas oferecidas e o número baixo de vagas efetivadas que demonstrou algumas falhas no desempenho do PAA. Segundo Tassinari *et al*:

Se consideramos que 61 indígenas se candidataram às 45 vagas oferecidas para indígenas de 2008 a 2013, somente 14 efetivaram sua matrícula e apenas 10 estão frequentando a universidade, verificamos a necessidade urgente de revisão dos mecanismos de Ações Afirmativas para indígenas na UFSC. (2013, p.233).

Através da Tabela 1, vemos que até o ano de 2012, as inscrições de indígenas no concurso de vestibular/UFSC para vagas suplementares foram de 44 candidatos. Para um total de 5 anos de concurso vestibular, o número de candidatos indígenas teve uma média de 7,5 inscritos por



ano. Sendo que apenas 14 matriculados até o ano de 2013, sendo que uma matrícula não validada pela comissão do PAA no ano de 2009.

Tabela 1:

<b>Vestibular</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Aprovados</b>	<b>Classificados</b>
2008	7	3	3
2009	14	2	2
2010	7	1	2
2011	3	2	2
2012	13	6	5
2013	17	5	4
2014	136	26	13
2015	96	31	16
Total	293	76	47

Obs.: Os candidatos por experiência não fazem parte desta estatística.

Fonte: Todas as informações provêm da Coperve/UFSC.

Tabela elaborada pela professora Dr<sup>a</sup> Edviges Marta Ioris, a partir de dados da Coperve/UFSC

Essa média (ver Tabela 1) representa um número importante a ser discutido e analisado. O quadro de inscrições está em conformidade com a forma de gestão da instituição educacional e com o trabalho de divulgar e proporcionar facilidades. Até o ano de 2013 as medidas de políticas públicas tomadas pelo corpo deliberativo da UFSC proporcionaram vagas através da lei de cotas e as vagas suplementares, porém ainda existia um hiato entre o âmbito formal e o âmbito material.

Cabe frisar que o número de inscritos nos primeiros anos de PAA na UFSC (2008- 2012) foi em média de 8,8, em um total de 44 inscritos nos primeiros 5 (cinco) anos, aumentando para um número de 136, apenas no ano de 2014.

Os números baixo de inscritos pode demonstrar falta de interesse, ou até mesmo um número pequeno de indígenas interessados em concorrer a uma vaga na UFSC. Porém verificando o crescimento alto de inscritos a partir do vestibular de 2014 percebemos que esses argumentos não poderiam ter validade.

Como texto anterior indicado, através do trabalho de equipe no ano de 2012 pela equipe do projeto de extensão Proext, sob a coordenação da professora Dr<sup>a</sup> Antonella Tassinari, foi observado que o maior problema não estava na falta de divulgação, mas na realização das inscrições. Assim, no ano de 2013 a equipe, agora coordenada pela professor Dr. Marcelo Tragtenberg, estaria incumbida de auxiliar na realização das inscrições junto à população indígena.

Podemos perceber através dos dados trazidos pela COPERVE (responsável pelos dados oferecidos na Tabela 1), que após o ano de 2013 tivemos um salto de número de inscritos nas vagas suplementares indígenas. Esta crescente foi resultado da observação das dificuldades no acesso as vagas, e ação de um trabalho organizado e realizado pelo projeto Promoção da Igualdade Étnico-Racial no Ensino Superior (ProExt Mec/SESu), coordenado pela professora Edviges Marta Ioris, que se iniciou no ano de 2013, e desenvolvido até 2015.

### **5.1 Dificuldades dos indígenas para acessar as vagas suplementares na UFSC**

Como vimos anteriormente, apesar da UFSC promover ingresso diferenciado aos indígenas através das AAs, muitos eram as dificuldades deles em acessa-los.

De acordo com as entrevistas realizadas, no ano de 2012, pela professora Antonella Tassinari (2012) junto a estudantes indígenas matriculados na UFSC através do PAA, podemos perceber as mesmas dificuldades enfrentadas por ingressantes e candidatos.

1. altos custos para realização da inscrição;
2. Muita burocracia para obtenção da isenção do pagamento da taxa de inscrição do vestibular;
3. Falta de preparação para enfrentar um vestibular;
4. Problemas com redação, pois o português, em geral é segunda língua [...] (Tassinari, 2012, p.228).

A institucionalização do programa de ações afirmativas deve ter como base também a instrumentação da universidade em manter e reformar condutas e ações que amparem o programa. Além da oferta de vagas faz-se necessário conjunto de procedimentos para a execução do Programa. Relevante averiguar os critérios que operam na seleção de vagas, para que os desempenhos sejam avaliados de forma adequada. É necessário uma conduta de observação e análise que permita averiguar as condições de permanência dos alunos que ingressam por Ações Afirmativas, o acesso à moradia e condições de manutenção no cotidiano, além do tratamento e acolhimento nas salas de aula e redes de apoio aos estudantes.

Em relação aos trabalhos do Proext do ano de 2013 ao ano de 2015, as dificuldades podem ser listadas em dois termos principais: - 1. Inscrições para prova; 2. Realização da prova.

## **5.2 Inscrições para prova**

Perante as oficinas que realizamos através do Proext, a preparação para o acesso nos era palpável quando nos deparávamos em aldeias indígenas que, em sua grande maioria, não se dispunham de acesso à internet, ou muito dos estudantes dessas localidades não tinham informações básicas sobre a universidade, ou sobre seus direitos ao acesso a uma universidade pública.

A UFSC, ao promover o Programa de Ações Afirmativas, também está incumbida de promover ações que solucionem os impedimentos aos candidatos ao concurso. Porém, nem todos os impedimentos foram resolvidos. Alguns dos impedimentos vividos pelos candidatos são primordiais para o acesso à universidade.

### **5.2.1 Distância**

No caso dos candidatos oriundos dos povos indígenas um dos impedimentos que obstruíam, ou obstruem, o acesso à prova de vestibular, entre outros, era distância entre setores da universidade com sua população.

Ao longo das visitas que realizamos vivenciamos longas jornadas até dos centros urbanos, para alcançar as aldeias indígenas. Muitas delas se encontravam em zonas rurais de difícil acesso. Estradas de barro, falta de sinalização, sinais que demonstravam a estrutura que os indígenas viviam e que lidavam diariamente.

A realidade da maioria das aldeias, por nós, visitadas transmitia o distanciamento entre os estudantes aldeados e o centro urbano. Demonstravam a dificuldade de travessia que existia do estudante até

um local adequado com computador para realizar uma inscrição, na qual, como muitos nos relataram, não sabiam como fazer, como acessar.

### **5.2.2 Experiência**

As particularidades da vida nas aldeias são aspectos que devem ser considerados na definição dos procedimentos exigidos pela universidade no acesso às Ações Afirmativas, de modo a não suprimir ou minimizar as diferenças, dificuldades e vivências específicas dos sujeitos alvo dessa política. Deste modo se faz necessário superar alguns modelos de ação, pois alguns pontos como a divulgação das vagas, que deve ser disponibilizado de várias formas diferentes, o processo de inscrição virtual, que deve atender as demandas de todos aqueles que podem ser candidatos.

A linguagem e os códigos são aspectos que devem ser considerados quando são selecionados os modelos utilizados nos sites e campanha de vestibular. O uso da língua portuguesa não é algo tão cotidiano nas aldeias indígenas como no meio urbano. É habitual, principalmente para pessoas com idade acima de 40, ou 50 anos, se comunicar somente na língua de origem indígena.

### **5.3 Realização da prova**

O deslocamento até o local de prova tem que estar integrado ao modelo de gestão do planejamento do processo de vestibular. São pontos primordiais para os candidatos que buscam igualdade nos processos de inserção da universidade.

A agenda de vestibular tinha um peso muito significativo para a população indígena. Pois a dependência de transporte para o local da prova era fator crucial para muitos deles. O índice de abstenção, no dia da prova do vestibular, entre a população indígena tem ligação direta com o local de prova e a locomoção.

No ano de 2014, através das oficinas de inscrição, realizamos 76 inscrições para o Vestibular UFSC/2015. Do total dos 76 candidatos indígenas para as vagas suplementares, somente 32 candidatos conseguiram comparecer aos dois dias de prova. O índice de abstenção, entre os candidatos inscritos pelo Proext, foi de 57.89%. Mais da metade dos inscritos não compareceram a algum dia de prova.

No mesmo concurso, o índice de abstenção geral de todos os candidatos, inscritos no Vestibular UFSC/2015, foi de 20.23%<sup>7</sup>. O índice dos candidatos indígenas atendidos pelo Proext chega a quase o triplo.

### 5.3.1 Transporte

Para a professora Antonella Tassinari (2015), primeira coordenadora do projeto, o alto índice de abstenção dos candidatos indígenas está diretamente relacionado ao transporte. Segundo Tassinari,

O transporte para a realização do vestibular é, efetivamente, uma importante barreira para o ingresso de indígenas. Considerando que o sistema de inscrições nem sempre relaciona os candidatos de uma mesma aldeia para os mesmos locais

---

<sup>7</sup>

de prova e considerando as dificuldades de transporte das aldeias até esses locais, fica evidente a necessidade de medidas para superar essa barreira (2015, p.8)

Ponto central para a realização da prova de vestibular é a locomoção até os locais de prova. Até o Vestibular UFSC/2016 eram apenas 5 (cinco) campi onde se realizavam as provas. O campi de Florianópolis, Araranguá, Joinville, Curitiba e Blumenau.

A distribuição dos campi, apesar de descentralizado, não consegue atender as demandas de localidade das terras indígenas. Muitas das aldeias se encontram longe de qualquer um dos campi universitários.

Durante os três anos de trabalhos, junto aos povos indígenas e os estudantes, foram muitas as tentativas de obter transporte coletivo para levar e trazer os estudantes para os locais de prova. Sabendo das dificuldades financeiras que a grande maioria enfrentava, e ainda enfrenta.

O processo de seleção, para as vagas do vestibular, se iniciam antes da realização da prova. Os estudantes indígenas aldeados, em sua grande maioria, não possuem contato com pessoas residentes nos grandes centros onde são realizadas as provas. E quando possuem algum amigo ou parente, são pessoas que não dispõem de muito conforto para poder abrigar pessoas durante todo o processo do vestibular. Visto que são bastante dias de prova, somados a desgaste emocional, financeiro, dentre vários percalços.

O esforço da equipe do Proext em assegurar transporte coletivo para os estudantes indígenas foi sempre em vão. Em nenhum ano de

concurso de vestibular foi aprovado um custo institucional, ou extra institucional, para o transporte aos locais de prova.

Por essa razão se faz tão importante o avanço, ainda que pequeno, dos números de estudantes indígenas aprovados e permanentes nos campus da UFSC. Esses estudantes constroem vínculos com a universidade, quebrando barreiras, formando alianças e formam uma rede de apoio, para outros estudantes indígenas, que possam vir a frequentar o mesmo local.

Os aspectos aqui citados são necessários para eficácia do programa de Ações Afirmativas, porém a garantia dos direitos à permanência, à moradia digna, à bolsas de estudo, à creche para aqueles com filhos, ao ensino diferenciado, à formação de associações, grupos de convívio, são direitos que fazem os estudantes indígenas vislumbrar um horizonte possível.

A partir do ano de 2013, e esta é a parte que nos cabe como servidores da instituição para acompanhar e atuar no que diz respeito a permanência e inserção dos candidatos indígenas, tivemos uma melhora nos índices de inscrição e de vagas preenchidas.

O primeiro ano do Proext (2012), indicou que as dificuldades para inscrição estavam na realização das inscrições pelos estudantes, e não na falta de divulgação e do desconhecimento dos candidatos nas vagas suplementares.

Assim que a partir do ano de 2013, o foco foi o de superar essa adversidades de inscrição com a realização do programa de extensão ao qual trabalhamos.

#### **5.4 O trabalho realizado pelo projeto de extensão**



### 5.4.1 Programa de Ações Afirmativas (PAA)

A importância de divulgação sobre o Programa de Ação Afirmativa na UFSC motiva a elaboração da primeira versão, projeto de extensão para submeter ao Ministério da Educação (MEC), chamado Proext, a ser desenvolvido pelo pesquisadores do NEPI (PPGAS/UFSC) e da Comissão de Acompanhamento de Avaliação da UFSC.

O programa intitulado Promoção da Igualdade Étnico-Racial no Ensino Superior foi motivado pela dificuldade de acesso e apoio institucional para realizar algumas funções como a transmissão da informação dos programas, bolsas de estudo, direitos adquiridos e que não estavam sendo vinculados de forma adequada. Assim, o Programa de extensão viabilizado junto ao MEC teve como objetivo ser um suporte e ajudar na viabilização das políticas de inserção e permanência dos indígenas e negros na universidade.

O relatado da comissão de apoio ao PAA, em relatório de 2008-2012 ilustra estas dificuldades:

A divulgação do PAA/UFSC ainda é precária e não foi institucionalizada. Iniciativas do Pré-Vestibular e da Supervisão dos Programas de Inclusão/PREG (atual PROGRAD), palestras em alguns colégios, entrevistas da comissão em jornais e revistas, apresentações da COPERVE em escolas e gerências estaduais de ensino são insuficientes para divulgar o programa. Mesmo em escolas próximas à UFSC ele é desconhecido (TRATENBERG, p.8, 2012).

Com a coordenação, primeiramente, da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Maria Imperatriz Tassinari, o Programa de extensão tinha como objetivo principal “Contribuir para a promoção da igualdade étnico-racial no

acesso a bens culturais e ao ensino superior, com base na experiência do Programa de Ações Afirmativas da UFSC, da presença de estudantes negros e indígenas na instituição e da disponibilização dos acervos de pesquisa da instituição aos estudantes negros e indígenas das comunidades alvo” (NEPI/PROEXT).

As atividades do programa de extensão ‘Promoção da Igualdade Étnico-Racial no Ensino Superior’ foram realizadas junto a aldeias indígenas, quilombos e escolas públicas - espaços onde se encontravam pessoas que poderiam usufruir do programa de ação afirmativa.

Objetivamente, o projeto foi estruturado como facilitador do acesso a instituição UFSC, auxiliando na comunicação entre os beneficiários e a instituição.

A professora Antonella Tassinari em documento propositivo define o objetivo do programa

Contribuir para a promoção da igualdade étnico-racial no acesso a bens culturais e ao ensino superior, com base na experiência do Programa de Ações Afirmativas da UFSC, da presença de estudantes negros e indígenas na instituição e da disponibilização dos acervos de pesquisadores da instituição aos estudantes negros e indígenas das comunidades alvo (Tassinari, 2011, FORMULÁRIO DE CADASTRO DE PROGRAMA DE EXTENSÃO).

Tendo em vista que um grande contingente de pessoas poderia ser beneficiadas pelo projeto exposto, foi necessário salientar a demanda significativa que temos no estado de Santa Catarina.

O projeto pretende atingir diretamente a comunidade escolar de escolas públicas de Florianópolis (estimados em 2000 pessoas), de escolas indígenas de Santa Catarina (estimados em 1500 pessoas) e quilombolas de Santa Catarina

(estimados em 1500 pessoas). Também atingirá diretamente os estudantes de Licenciatura Indígena da UFSC (140) e estudantes ingressos pelo Programa de Ações Afirmativas (estimados em 3000) (Tassinari, 2011, FORMULÁRIO DE CADASTRO DE PROGRAMA DE EXTENSÃO).

O Programa de extensão ‘Promoção da Igualdade Étnico-Racial no Ensino Superior’ promoveu dezenas de oficinas pedagógicas, cursos de pré-vestibular tanto nas comunidades indígenas, quilombolas, e escolas de segundo grau da rede pública da grande Florianópolis. O programa estava dividido em três partes: 1) direcionado as escolas públicas de segundo grau da grande Florianópolis, 2) indígenas e 3) quilombolas.

Cada parte do programa estava dividido em grupos de trabalho, adequado a seção dos candidatos ao PAA. Sendo que a equipe de trabalho, a qual me inseri, estava incumbido ao afazeres relacionados ao grupo dos candidatos indígenas.

O Programa “Promoção da Igualdade Étnico-Racial no Ensino Superior” tinha como membros pesquisadores, coordenadores e membros do programa de PAA da UFSC. Assim relatado por Tassinari (2011)

O programa será desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina vinculados ao NEPI (Núcleo de Estudos de Povos Indígenas) do Departamento de Antropologia, ao Grupo de Pesquisa 'Escolarização, práticas docentes e conhecimentos pedagógicos' do Centro de Ciências da Educação e membros da Comissão de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas. (2011, p.4)

O projeto “Promoção da Igualdade Étnico-Racial no Ensino Superior” teve início no ano de 2012<sup>8</sup> prevendo contribuir para o ajuste do Programa de Ações Afirmativas da UFSC. Justificado pela igualdade no acesso à educação superior para os estudantes indígenas e negros.

Cada uma das partes era coordenada por um subcoordenador. Através de material de apoio e pedagógico poderia alcançar de maneira mais adequada os estudantes e poder realizar o apoio as inscrições e levar informações inerentes aos cursos oferecidos na universidade e informações ao contexto da universidade quanto a rotina do campus, burocracia para programas e bolsas da universidade, como questões para permanência dos estudantes matriculados.

Juntamente com as demandas que são apresentadas durante seminários, palestras, e da fala dos movimentos sociais e estudantes indígenas.

Com o intuito de atingir os objetivos deste Programa, esta metodologia foi organizada em cinco momentos. O primeiro momento será caracterizado pelas reuniões do grupo para elaborar os instrumentos de trabalho a serem utilizados em cada ação. Assim, o grupo se reunirá sistematicamente para organizar as ações e construir instrumentos que possibilitem sua realização (Tassinari, 2011, p.10\11, FORMULÁRIO DE CADASTRO DE PROGRAMA DE EXTENSÃO).

Para os objetivos desse TCL, ficarei apenas sobre as oficinas realizadas junto as comunidades indígenas, das quais trabalhei

---

<sup>8</sup>Contrato de execução celebrado entre UFSC e Fundação José Arthur Boiteux, disponível em: [http://funjab.ufsc.br/wp/wp-content/uploads/2013/06/CONTRATO-433\\_2012.pdf](http://funjab.ufsc.br/wp/wp-content/uploads/2013/06/CONTRATO-433_2012.pdf)

diretamente, e de onde trago as informações trabalhadas no presente texto.

### **5.5 As Oficinas nas aldeias indígenas**

Com base nas pesquisas do ano de 2012, cujo coordenação era de Suzana Cavalheiro de Jesus, foram levantadas informações e contatos das escolas indígenas do estado catarinense, juntamente com a realização de 3 oficinas junto aos candidatos.

No ano de 2013, a parte indígena do Proext redirecionou suas atividades, para auxiliar os indígenas nas inscrições e realização do vestibular. Assim, nosso trabalho tinha como objetivos era capacitar os indígenas para realizarem as inscrições ao processo seletivo do vestibular, e a realização das suas provas. Para tanto, promoveu a realização de uma série de oficinas pedagógicas junto aos indígenas, produção de material didático de apoio as escolas da rede de ensino das aldeias indígenas, seminários e palestras a fim de difundir os direitos garantidos e os modos de acesso à universidade pública.

A equipe de pesquisadores/bolsistas era composta por alunos de variados campos de pesquisa. Estiveram na equipe estudantes do curso de História, Engenharia, Ciências Sociais, Antropologia, entre outros.

O campo de trabalho instigava muitos estudantes a estabelecer debates e troca de conhecimento com os povos indígenas da região. As reuniões e viagens as aldeias eram uma forma de conhecer melhor a vida e pensamento desses povos.

Essas oficinas eram realizadas contemplando as três povos indígenas existentes no estado catarinense: os Guarani, os Xokleng e os

Kaingang. As oficinas foram articuladas e realizadas nas aldeias de cada povo, nas aldeias Guarani do Morro dos Cavalos e Mbiguaçu, e nas aldeias do litoral norte; dos Laklãnõ-Xokleng, T.I. Ibirama-Laklãnõ, e entre os Kaingang, na TI Chapecó.

Inicialmente, o grupo de trabalho reunia-se semanalmente para elaborar como deveriam realizar as oficinas. As reuniões eram, em sua maioria, realizadas na sala do NEPI (Núcleo de Estudos de Povos Indígenas), localizada no campus da UFSC – Florianópolis. Neste espaço se definia as ações planejadas e se discutia os modos de fazer das oficinas.

Temas como cronograma e orçamento eram pontuais no planejamento das oficinas. O cronograma teria que ser feito inicialmente devido à disposição dos participantes na visita e na comunicação com os líderes das aldeias a serem visitadas.

A realização das oficinas ocorriam com a preparação das atividades, através do agendamento das visitas, em seguida os bolsistas eram divididos em grupos e se deslocavam para as aldeias e escolas indígenas de diferentes regiões do estado. As oficinas eram feitas com o propósito da divulgação das vagas suplementares para os estudantes e com a realização da inscrição através do formulário em papel.

Os formulários de papel somente era entregues aos estudantes indígenas, pois na maioria dos locais de morada dos estudantes o acesso à internet os impossibilitava de fazer o cadastro necessário para se inscrever. Durante todo os anos do projeto foi rejeitada a inscrição por via de formulário de papel para os estudantes inscritos pelas vagas suplementares. Sendo assim, depois de colher as inscrições realizada durante todo o ano letivo, nós, bolsistas, realizávamos todas as

inscrições on-line, repassando para o formulário via internet todas as informações necessárias para a inscrição. Somente no ano de 2014 foram 136 inscritos nas vagas suplementares. O trabalho de inscrição on-line, além de maçante, era feito em prazo curto. Destaque para o colega Marcelo Finateli, que sempre tinha muita disposição e paciência para a realização das inscrições.

A visita às aldeias eram sempre desafiadoras para a equipe de trabalho, pois em alguns casos a aldeia era um recente espaço de terra que uma parcela de indígenas teve direito. Em outros casos a aldeia não teria boa parte da população presente, em virtude de saída para manifestações ou de encontro com outros povos indígenas.

O contexto sociopolítico em que encontramos algumas aldeias são importantes para entender alguns dos desafios enfrentados pelos indígenas em seu acesso à Universidade. Algumas das aldeias onde se encontram escolas indígenas e seus discentes são alvo de ações que muitas vezes originam enfermidades e danos físicos e psicológicos aos moradores dessas aldeias.

As ações contra as TIs distribuídas pelo território catarinense são motivadas por disputas com diferentes interesses econômicos, como empreendimentos imobiliários, construções de barragens e hidrelétricas, duplicação de rodovias. Essas motivações possuem o aval de grupos, órgãos institucionais, partidos políticos e veículos de comunicação de grande porte e sustentadas por um viés liberal de progresso.

Em artigo publicado em 2015 “Da foto o reverso: O campo das disputas sobre as terras indígenas no sul do país” acerca dessas diligências, Edviges Iores e Maria Dorothea Post Darella (2015) correlacionam algumas dos agentes que sustentam posições contra os

direitos indígenas. As antropólogas deflagram alegações desfundadas sobre os povos indígenas e questionam posições de órgão como Fatma e ICMBio em desfavor dos direitos territoriais indígenas:

Assim como o legislativo, também no executivo encontra-se órgãos que se opõem aos direitos indígenas, e somam-se às associações civis, mencionando-se especialmente aqueles relacionados às reservas ambientais, tanto a nível estadual, como a FATMA, e a nível federal, ICMBio. Como visto anteriormente, responsáveis pelas políticas de criação e administração de áreas de proteção ambiental, esses órgãos conflitam com os direitos territoriais indígenas, nos diversos casos de sobreposição dos limites destas reservas com os de terras indígenas. Estão juntos tanto em ações na Justiça local, como no Supremo Tribunal Federal. (2015, p.213)

Para Ioris e Darella, alguns organismos estatais e agentes públicos em Santa Catarina (como em muitos estados do Brasil), e agentes da mídia instauram falas acusatórias contra a população indígena, e que ainda denigrem atuações de antropólogos atuantes nos direitos dessa população.

A omissão do Estado e a atuação contrária aos direitos e territórios dos indígenas implicam em condutas violentas denunciadas pelos indígenas, que sofrem com invasão de território, muitas vezes com disparos contra a aldeia por arma de fogo, entre outras atuações violentas contra seus moradores.

Um dos exemplos se verifica na Terra Indígena Morro dos Cavalos, no município da Palhoça. Essa aldeia está localizada na beira da BR 101, que dá acesso a todo litoral sul brasileiro. A tensão vivida pela liderança e demais indígenas na aldeia é causada principalmente pela longa espera na demarcação de terra, a qual os indígenas



requereram junto a justiça há mais de 20 anos. Doenças e lhes faltam atendimento; as precárias condições e uma alimentação desequilibrada; barulho da BR. Somado a isso existe uma gama de atores da elite e do ramo das comunicações de massa, que ludibriam fatos e perpetuam difamações sobre o julgamento judicial.

Escolas, como a da Terra Indígena Morro dos Cavalos, possuem vários tipos de problemas como falta de estrutura básica, como materiais de uso diário, falta de professores capacitados com sua língua nativa, falta de segurança para o alunado e seus professores.

Algumas de nossas visitas e tentativas de oficinas foram desmotivadas ou canceladas devido a mal estar e/ou doenças das lideranças. Em virtude desses cancelamentos os prazos ao qual todos estavam sujeitos eram ultrapassados e os candidatos a inscrições sem o seu direito assegurado de inscrição a seleção do vestibular.

### **5.5.1 Aldeias do Norte de Santa Catarina**

Nas aldeias do norte do estado as dificuldades eram diferentes. Algumas delas, como em São Francisco do Sul, aldeias Guarani, a comunicação via telefone era problemático. Muitas vezes não funcionava o sinal, ou a ligação estava em estado ruim. Algumas das oficinas eram feitas em blocos, tendo em visto a verba escassa para viagens, e a adequação nos horários com outros participantes do projeto e a disponibilidade dos alunos.

Na mesma região, Araquari, aldeia da Conquista, não era possível resolver os acordos de visita e horários via telefone. Era necessário ir até o local para, então, acionar a liderança e realizar as

oficinas junto a escola e o alunado. Em algumas delas encontramos a falta de estrutura básica para viabilizar as oficinas, sendo que algumas das salas estavam com problemas de infiltração e com entrada de água da parte externa, ou algumas com falta de cadeiras e mesas para abrigar as oficinas.

Três membros do projeto e uma companheira indígena da aldeia M'Biguaçu, nos auxiliaram muito na missão de encontrar as comunidades aqui citadas e na aproximação com os indígenas e principalmente as mulheres indígenas.



(Na foto acima visita à aldeia de Pirai no município de Araquari)

Questões como essas eram tão importante à comunicação prévia com o eixo organizacional das aldeias e escolas indígenas a que poderiam ser atendidas pelo programa. Muitas vezes o atendimento dado a nós acontecia por meio funcionários de outros setores. Alguns de

nossos intermediadores eram pessoas como agentes da saúde que faziam o tratamento da aldeia que nos notificavam da rotina das caciques, ou até mesmo professores e diretores que trabalhavam junto à população aldeada e que facilitavam a nossa compreensão quanto aos horários das escolas.

Recordo algumas anotações e e-mails trocados pela equipe que demonstra a realidade da prévia comunicação com as escolas indígenas. Foram aldeias visitadas pela equipe de 2013, e que algumas de difícil acesso, tanto no tocante à busca do local exato, como informações que pudessem contribuir para a visita na aldeia.

O relatório abaixo demonstra uma relação de lugares aos quais realizaríamos oficinas para o vestibular do ano de 2014. A viagem relatada ocorreu no dia 14 (quatorze) do mês de outubro de 2013, com a pretensão de visitar, pela primeira vez as cidades de Araquari e São Francisco do Sul, localizadas no norte do estado catarinense.

Nessas aldeias podemos verificar que poucos indígenas tinham formação de ensino médio completa. Sendo que nas aldeias Conquista, Pindoty e Reta, não foi relacionado nenhum indígena com requisitos formais suficiente para inscrição. Nas outras aldeias visitadas o número de indígenas com conclusão no ensino médio não foi maior que dois. Sendo que um deles alegou não querer realizar sua inscrição para o vestibular, pois teriam emitido seu certificado de conclusão com seu nome errado.

Cabe ressaltar alguns pontos importantes para compreensão das oficinas efetuadas no projeto. Por exemplo, foi relatado no documento uma visita ao SESAI (Secretaria Especial da Saúde Indígena). Era muito comum nós do projeto termos contato com agentes que tinham acesso

com mais frequência, e até facilidade, com os indígenas. Assim, por vezes nós procurávamos o auxílio desses profissionais para encontrar informações necessárias para encontrar alguma TI, ou verificar a disponibilidade dos caciques.

Nem sempre os telefones publicizados nos sítios da secretaria da educação do estado estavam em funcionamento, por isso alguma das informações colhidas nas visitas à região tinham grande relevância para alcançar o contato com os agentes de educação.

Assim, somente com o deslocamento até os locais das escolas que poderíamos averiguar se teria algum estudante com possibilidade de realizar as inscrições para o vestibular. E algumas das visitas eram realocadas em vista do não comparecimento de estudantes aptos para inscrição, ou de professores. Como foi o caso da visita à aldeia da Conquista, a qual tivemos que acertar com a cacique Dona Arminda uma segunda visita para o dia 21 de outubro daquele mesmo ano.

Programa de Extensão Universitária  
PROEXT 2013

14/10/2013 – Relatório de atividades

Viagem Araquari / São Francisco do Sul.

Organização das oficinas em escolas indígenas.

Visita as aldeias de Pindoty, aldeia Conquista e aldeia Pirai (Tiaraju) em Araquari e aldeia Morro Alto e Reta (Yvy Dju) em São Francisco do Sul. Além de visita ao SESAI (Secretária Especial de Saúde Indígena).

Aldeia Pindoty – tem escola, mas não tem alunos do Ensino Médio ou EJA.

Telefones úteis: Professora Roselaine

Aldeia Conquista – tem escola, conversamos com a cacique Dona Arminda e combinamos de realizar a oficina no dia 21/10. São dois alunos/as do EJA e a professora não estava presente.

Telefones úteis: Celina (merendeira da escola e filha da Dona Arminda)

Aldeia Pirai – tem escola, mas o cacique Ronaldo não estava, conversamos com a sua esposa, Fátima. Ela falou que tinha interesse e que deveríamos voltar a entrar em contato com o Willian (conselheiro).  
Escola Wera Puku.

Telefones úteis: Antonio (funcionário SESAI):

Aldeia Morro Alto: Tem escola, mas não tem alunos do Ensino Médio ou EJA. O cacique Ronaldo de Oliveira não estava.

Telefones úteis: Maria Ines (professora)  
Gisele (professora)

Aldeia Reta (Yvy Dju). Tem escola, mas o cacique não estava e as pessoas não falaram muito sobre a escola.

Telefones úteis: Osvaldo (cacique):

SESAI . Fomos até a SESAI de Araquari com o Fernando (filho da Dona Arminda), Sandra (sua esposa) e Valdir. Levamos eles da aldeia da Conquista até a SESAI. Conhecemos a dentista Delfina (telefone), ela nos ajudou com vários números de telefone e informações sobre as escolas.

A relevância do orçamento também deve ser considerada dada a disposição de visita de cada aldeia e a questão de organizar todas as visitas de determinada região em 2 (dois) ou 3 (três) dias de viagem. Temos como exemplo a viagem de Araquari/São Francisco do Sul, onde, embora comunicado previamente nossa visita às escolas, tivemos a notícia de que vários caciques estavam em reunião emergencial em Curitiba (PR).

Nesta mesma viagem, nos deparamos com a significativa ausência dos alunos nas escolas, e portanto uma dificuldade em realizar

as oficinas junto a estudantes que poderiam realizar as inscrições para o vestibular daquele ano.

O segundo momento será caracterizado pela realização das ações (oficinas) junto ao público alvo. Todas estas ações serão registradas por meio de recursos áudio-visuais. O terceiro momento consta da produção de material didático a ser disponibilizado nas escolas e será concomitante ao desenvolvimento das oficinas (Tassinari, 2011, p.10\11, FORMULÁRIO DE CADASTRO DE PROGRAMA DE EXTENSÃO).

As primeiras oficinas e reuniões foram de suma importância para desenvolver os materiais de apoio adequado para o público. Cada ação junto à comunidade e o contato com a realidade do público facilitaria a linguagem aplicada ao material.

## **VI. Os materiais produzidos**

O conteúdo do material oriundo das informações fornecidas pela UFSC, governo federal, Funai e outras fontes relacionadas aos temas do programa.

O quadro de materiais impressos para as oficinas finais, foi organizado e editado pela equipe do Proext, com texto e pesquisa realizado pelos colegas Julia Marques Faraco e Marcelo Finateli, e design de Renato Rizzaro. E se configurou em - Guia de cursos, além de folders e cartilhas de divulgação das Aas (item 6.1).

Os materiais registram todos os cursos oferecidos pela universidade relativo ao ano da oficina, dividido entre os diferentes campus que a UFSC oferece ao estudante (Florianópolis, Araranguá,

Joinville e Blumenau), sendo especificado os diferentes centros pertencentes a cada campus e seus cursos.

### **6.1 Guia de informações para candidatos ao Ensino Superior**

Um guia que oferece informações gerais da UFSC, descreve a lei de cotas e as Ações Afirmativas, aborda as diferentes auxílios oferecidos pela universidade e os convênios vigentes. (Anexo 1-material de apoio – Arquivo: Guia de Info).

Este guia foi um material muito importante nas reuniões com os candidatos, pois é um guia separado em itens, que explica questões como “Como posso estudar na UFSC?”, ou até mesmo “Você sabe o que é Auxílio Estudantil”. Pontos que muitas vezes não estavam ao alcance dos estudantes, ou, que muitas vezes, eram respostas impressas as quais o estudante tinha vergonha ou falta de acesso para poder perguntar a equipe do Proext.

### **6.2 Guia de Curso**

Outro documento importante no quadro de material para as oficinas era o Guia de Curso do vestibular do ano referente à inscrição. (Anexo 2 – Guia de Curso)

Neste documento estavam detalhados os dias a que o candidato deveria se ater para realizar a inscrição e os horários e conteúdo de cada dia de prova.

O material de Guia de Curso trazia todos os cursos de graduação da UFSC. Com ele em mãos era facilitado discorrer sobre as

possíveis escolha de cada candidato, quando realizado as oficinas de inscrições.

Era mínimo o número de candidatos indígenas que, ao menos, sabiam quais cursos disponíveis para inscrição. Pois, dentro das suas estadas ao longo do ensino médio, ou EJA, os estudantes, em sua maioria, não consideravam entrar em uma universidade pública.

A falta de conhecimento daqueles para os quais iríamos oferecer as oficinas em realidade se fazia em virtude da dificuldade ao acesso aos modelos operacionais do espaço universitário. As motivações e o contexto dos estudantes indígenas são muito diferentes dos estudantes não indígenas.

### **6.2.1 Os cursos preparatórios**

Os optantes por vagas suplementares indígenas, apesar de concorrem somente entre si mesmos, deveriam realizar a mesma prova que todos os candidatos do vestibular.

Sabendo que muitos dos inscritos para as vagas suplementares indígenas não tinham oportunidade de fazer um curso preparatório para o vestibular da UFSC, a equipe do projeto de extensão do Proext requereu junto aos órgãos capacitados da universidade para que tivesse um curso de preparação continuado para os indígenas inscritos. Mas apesar da solicitação formal, pouco foi realizado para aulas preparatórias com pessoas capacitadas para o vestibular.

A negativa de recurso para aulas preparatórias para o vestibular por uma equipe capacitada foi a resposta dada pelos organismos



responsáveis da universidade. Assim durante o ano de 2013, dentro das oficinas por nós realizadas dispúnhamos de um tempo delas para facilitar o entendimento das provas de vestibular da UFSC.

Durante as oficinas de preparação para a prova eram abordados alguns pontos essenciais. Um destes era as questões serem de somatória. Ou seja, as respostas certas ou erradas, no vestibular UFSC, são postas em números de 01 a 64. Onde o candidato deve estabelecer qual é considerada correta e assim somar os números da questão e assinalar no cartão de resposta.

Vimos que muito dos estudantes indígenas não tiveram relação com questões somatórias ao longo do ensino formal. E isto era uma problemática necessária a ser trazida nas oficinas. Assim, dentro das oficinas, dentro do tempo disposto pelos estudantes e por nós, fazíamos algumas questões de provas antigas realizadas no vestibular UFSC, para que os candidatos se sentissem mais aptos com a prova em si.

Estas mesmas provas antigas também nos serviram para demonstrar pontos como a marcação correta nos cartão-resposta, que deve ser preenchido de forma total dentro dos círculos.



Outo ponto de grande importância se encontrava nas respostas às questões discursivas. Essas questões tinham grande valor na seleção de candidatos aprovados. Visto que quando não alcançado certa pontuação mínima na correção dessas questões, o candidato perderia sua chance de classificação.

Algumas das dúvidas trazidas pelos estudantes eram substanciais para que pudéssemos levantar material para discussão da prova de vestibular. E como consequência dessas dúvidas, a cada oficina estávamos melhor preparados para atender a demanda quanto à realização da prova.

Mudança substancial para a preparação das provas do vestibular ocorreu nos de 2014 e 2015. Quando foi aprovada as oficinas de redação

da doutoranda de linguística Charlene dos Santos através de uma posição do Pró-reitora de Graduação (PROGRAD).

A programação das oficinas da doutoranda com os estudantes indígenas foi composta em conjunto com nosso projeto, para que suas oficinas pudessem servir para um maior número de estudantes possível, e que tivesse tempo hábil para realização de alguns testes preparatórios. Além do conteúdo, o formato das oficinas pensado em conjunto foi uma maneira para que todos pudessem analisar e repercutir um modelo de oficina que dispusesse em poucos encontros levar esclarecimentos quanto a redação da prova de vestibular da UFSC.

As oficinas promovidas pela linguista Charlene dos Santos foi realizada junto aos estudantes Xokleng – na TI Laklãno e também na TI M’Biguaçu para os estudantes Guarani. Seguindo os materiais confeccionados por Charlene, os estudantes puderam olhar com maiores recursos para a prova de redação, tendo em vista que uma estudante de letras está melhor preparada para demonstrar os melhores caminhos para escrever uma redação adequada.

As oficinas ocorreram durante um período do dia. As propostas levadas pela doutoranda foram de sistematizar o aprendizado junto ao modelo da prova proposto pelo vestibular UFSC daquele ano. Sendo assim, eram repassados sugestões de linguagens permitidas na redação, com os tipos coloquiais de escrita. Também foram vistos modelos de questões discursivas, os diferentes acontecimentos que poderiam constar na prova e que critérios os estudantes poderiam utilizar para tratar melhor desses assuntos.

A realização das oficinas pela doutoranda Charlene foram muito bem recebidas pelos estudantes indígenas. Foi um momento de troca,

período de muito trabalho intelectual, de muito questionamento para os estudantes e também para a ministrante, pois muitas vezes Charlene não sabia exatamente em que situação de conhecimento sobre a prova os estudantes estavam.

Segundo Charlene alguns momentos de oficinas eram selecionados previamente, de acordo com sua programação direcionada para as questões da prova de vestibular, porém alguns pontos das oficinas estavam atrelados à disposição dos estudantes quanto a escrita em português, quanto as experiências anteriores dos estudantes nas provas de vestibular.

## **VII. Conclusão: Reflexões finais sobre as relações de campo e o acesso dos indígenas ao ensino superior**

Um dos pontos mais importantes no campo de trabalho foi à relação de nós, participantes do programa, e os estudantes indígenas.

Buscamos realizar nas oficinas pedagógicas, plantões de dúvidas e inscrições, formas de nos conectar àqueles que poderiam ter o desejo, a vontade, de ser integrante da universidade pública.

Assim, além da preparação dos materiais didáticos, a preparação para orientação para as provas e preenchimento do formulário, era necessário saber interpretar e agir a cada aldeia, a cada etnia diferente, e a cada momento dos encontros que estaria por vir.

Boa parte do planejamento da equipe formada para o trabalho do projeto foi realizada com a intenção de dar vazão à real possibilidade de acesso aos estudantes indígenas a Universidade Federal de Santa Catarina.

Segundo dados do IBGE de 2010<sup>9</sup> a população autodeclarada indígena de Santa Catarina até a data de consulta foi registrada no montante de 16.041 indígenas. Uma população com dificuldades de acesso ao ensino superior, tanto público como privado, e que possuem uma participação ínfima na vida universitária.

Dessa forma, era necessário entender as dificuldades de acesso da população indígena.

Uma dessas dificuldades está na formação de base dos estudantes indígenas no ensino médio. Esse panorama nos foi claramente demonstrado nos primeiros encontros que tivemos nas aldeias indígenas catarinenses. Em uma de nossas oficinas no ano de 2014, estivemos nas aldeias Yakãporã (Garuva); Morro Alto (São Francisco do Sul); Reta (São Francisco do Sul); Tarumã Mirim (Araquari); Pindoty (Araquari); Piraí (Araquari); Jabuticabeiras (Araquari); Yvapuru (Araquari); Conquista (Balneário Barra do Sul).

A falta de vínculo com o ensino escolar formal e a falta de escolas nas terras indígenas, a falta de professores indígenas que possam ensinar através da língua nativa, são fatores das quais distanciam o ensino básico dos povos originários.

Outro fator importante que observamos na rotina de atividades juntos a população indígena foi a dificuldade de alcance às estudantes mulheres nas aldeias. Em algumas visitas intermediadas pelos agentes do projeto verificamos que as mulheres não eram avisadas da nossa presença, mesmo com a presença de mulheres no nosso grupo de trabalho. Percebemos que a presença era de maioria masculina, o que

---

<sup>9</sup> Dado disponível em [https://ww2.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](https://ww2.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf)

acarretava no uso de uma abordagem diferente para esse tipo de situação. Era necessário acessar a outros espaços de uso comum na aldeia para ter espaço de fala com as mulheres que poderiam ter em mãos os materiais de apoio e as inscrições para o vestibular da universidade.

Embora tivéssemos alguns entraves como uma conversa universal com os estudantes, a relação com os intermediários e líderes indígenas significava entender melhor o tratamento e a relação que deveríamos ter com aqueles que poderiam ter acesso à universidade.

Lembro-me de uma reunião de lideranças na terra indígena Laklãnõ, aldeia Palmirinha, para a qual fomos convidados a participar. Havia um sentimento de agradecimento para com o projeto e o que ele proporcionava para a comunidade Laklãnõ. Porém algumas das vozes levantavam as consequências ruins na vida de alguns indígenas na vida acadêmica. Foram relatados atos de preconceito de professores e colegas de classe perante os estudantes indígenas. A falta de clareza por parte dos órgãos da disponibilidade das verbas acordadas para as bolsas de estudo dos indígenas. Casos que muitas vezes foi motivo para nós do projeto entrar em contato com os órgãos e auxiliar na busca da solução do problema.

Em um dos casos que pudemos acompanhar no ano de 2014 foi a de um indígena Kaingang. Este obteve o acesso através das vagas suplementares, e logo no primeiro semestre de aula, no curso de Engenharia Civil, o mesmo foi questionado pelo professor, após pedir auxílio na compreensão do conteúdo, se teria ele feito curso em um pré-vestibular 'x'. Muitos desses casos eram relatados para os órgãos

competentes da UFSC, porém com pouco repercussão para mudança dessa realidade.

O mesmo estudante aqui citado teve de trancar sua matrícula no semestre seguinte, em razão do atraso de pagamento da Bolsa de Permanência MEC, ao qual era destinado aos estudantes que dependiam da mesma para poder continuar a estudar e viver uma vida acadêmica.

Questões como repasse de bolsas, moradia estudantil para os estudantes indígenas, vagas para filhos no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) ou em creches municipais da região da grande Florianópolis, foram entraves principais para a continuidade de alguns dos estudantes indígenas que ingressaram na UFSC.

Em virtude da inoperância de estrutura da universidade quanto às demandas dos estudantes indígenas, como também de perceber a necessidade de construir uma rede de auto comando, de diálogo sobre os andamentos e perspectivas, nós do Proext, em conjunto com outros estudantes indígenas buscamos incentivar o agrupamento desses estudantes indígenas. Com intuito de formalizar uma associação, ou somente um grupo mais coeso de estudantes que participassem ativamente das atividades dos conselhos em seus respectivos centros de estudo, entre outras atividades.

Mesmo sem a consolidação deste grupo de estudantes indígenas os encontros tiveram resultados na vida prática tanto para nós do projeto Proext, como para o grupo indígena que se dedicava se inteirar e permanecer de alguma forma na vida acadêmica e suas atribuições.

Parte desse grupo de estudantes, participante das reuniões que estivemos juntos nos anos de 2014 e 2015, está representado em pessoas e nas ideias da associação criada em novembro de 2017, a Associação

dos Estudantes Indígenas da Universidade Federal de Santa Catarina (AEIUFSC). Essa formalização significa um maior amparo institucional da luta pelos direitos indígenas no espaço da UFSC. Configura uma peça institucional que participa de espaços de decisões como conselhos, congressos, e outros espaços de debates democráticos. A associação é um passo importante para aproximar as pautas de direitos e reivindicações indígenas em manifestações, em apoio a candidaturas políticas no campus da UFSC, em solicitações de recursos e proposições de mudanças na estruturas das universidades.

Um exemplo prático das movimentações da AEIUFSC são os seminários e palestras organizados pela associação com temáticas de direitos indígenas com diálogos para as atuais conjunturas, atuações contra o corte de verbas junto a reitoria, reuniões junto ao Ministério Público de Santa Catarina, e a reivindicação de um espaço cultural para os indígenas no campus da UFSC.

Além do espaço cultural a associação também reivindica uma moradia no campus. O assunto ainda é fonte de discussão entre os entes da universidade:

No dia 22 de novembro aconteceu uma reunião no Hall do prédio da Arquitetura/UFSC. O evento congregou a AEIUFSC (Associação dos estudantes indígenas da Universidade Federal de Santa Catarina), estudantes de arquitetura, o professor Ricardo Socas, o chefe do Departamento de Arquitetura Samuel Steiner dos Santos e o secretário em exercício da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade da UFSC, Marcelo Henrique Romano Tragtenberg, para dialogar sobre projeto de moradia indígena e centro cultural indígena que contemplam a identidade da cultura de



acordo com seus costumes e tradições.  
(Disponível em:  
[http://saad.ufsc.br/2017/12/11/reuniao-  
moradia-indigena/](http://saad.ufsc.br/2017/12/11/reuniao-moradia-indigena/))

De todo modo objetivos traçados pelo nosso projeto tiveram resultados práticos satisfatórios, com um número significativo de estudantes indígenas tendo acesso a ensino superior público, acessando e permanecendo em uma instituição predominantemente branca a muito pouco tempo. Também com a construção de uma base de estudantes que possa ter garantias e lutar por melhorias de acesso para outros cotistas e que possam formar coletivos e configurar a universidade de outras maneiras.

Com um número de 17 alunos indígenas inscritos, no vestibular de 2013, foi alcançado o número de 137 inscritos no vestibular de 2014. Demonstrando que a aplicação de políticas de oferecimento de vagas devem estar atreladas ao desenvolvimento de ações que consigam promover e realizar planos e direções que atendam às necessidades das comunidades que precisam.

A entrada de estudantes indígenas na Universidade demonstra ainda mais a necessidade da pluralidade e a revisão modelos de ensino. A Universidade deve estar preparada para ouvir e receber ensinamentos que por vezes é alvo de preconceito, até mesmo o modo de vestimenta, os rituais de alimentação, a relação entre mãe e filho. Mudanças como preparação para receber indígenas que não possuem a língua portuguesa como primeira língua. São alguma das mudanças que são fruto do acesso proporcionado pelo PAA e que cabe a Universidade processar.

Algumas das reivindicações nossas, dentro da minha vivência no programa de extensão, como um vestibular diferenciado para

indígenas não foi atendido, ou mesmo uma secretaria especial que atendesse as demandas referentes aos estudantes indígenas e suas particularidades.

O Programa de Ações Afirmativas segue, agora com uma Universidade com maior número de estudantes cotistas, com ou sem algumas das características da realidade que está inserida nela. Porém cabe aos presentes que a Universidade sirva de campo de debate e ensinamentos e que possa ser transmutada para algo melhor para a diversidade.

Atualmente, a UFSC oficializou uma Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade (SAAD), que atende as demandas e monitora as políticas de ação afirmativas na UFSC.

O órgão, de cunho executivo, é integrante da Administração Superior da UFSC, e representa um grande avanço para que as competências do PAA sejam vistoriadas e possa ser auxiliada por um órgão de competência exclusiva para os estudantes e candidatos as vagas de ações afirmativas.

## Referências

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186**. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 20 out. 2012.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

IORIS, E. M; DARELLA, M. D. P. **Da foto o reverso: o campo de disputas sobre as terras indígenas no sul do país**. In: João Pacheco de Oliveira; Fabio Mura; Alexandre Barbosa da Silva (Org.). **Laudos Antropológicos em Perspectiva**. 1ª. Ed. Brasília- DF: ABA Publicações, 2015, v., p.198-233.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. In: **Ações**

Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador). – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005

LIMA, M. E.; NEVES, P. S. & SILVA, P. B. **A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes.** 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782014000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782014000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas.** Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB).** Horizontes antropológicos, v.11, n.23, Porto Alegre, jan /jun, 2005.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA DE MELO, Clarissa. **Da Universidade à casa de rezas Guaranis e vice-versa: Reflexões sobre a presença indígena no Ensino Superior a partir das experiências dos Guarani na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica/UFSC.** Florianópolis. UFSC, 2014.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Ação afirmativa. In: **Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos** /coordenação geral [de] Antonio Carlos de Souza Lima. - /Rio de Janeiro /Brasília: Contra Capa / Laced / Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Ações afirmativas: uma proposta de superação do racismo e das desigualdades**. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v.14, p.67-76, jan /jun.2010. SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas** / Sales Augusto dos Santos (Organizador). – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes\\_afirm\\_combate\\_racismo\\_americas.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf)

SOUZA, Manoel Nascimento de; BARBOSA, Erivaldo Moreira. Direitos indígenas fundamentais e sua tutela na ordem jurídica brasileira. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 85, fev 2011. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8978&revista\\_caderno=9](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8978&revista_caderno=9)

TASSINARI, Antonella. **Indígenas na Universidade: resultados e desafios da inclusão de estudantes indígenas através do Programa de Ações Afirmativas da UFSC (2008-2015)**.

TASSINARI, Antonella; IORIS, Edviges; ALMEIDA, José Nilton; JESUS, Suzana Cavalheiro. 2013. **A presença de estudantes indígenas**

**na Universidade Federal de Santa Catarina: um panorama a partir do Programa de Ações Afirmativas - PAA/UFSC. Século XXI - Revista de Ciências Sociais, v.3, p.212 - 236, 2013.**

**TRAGTENBERG, M. H. R. et al. Programa de Ações Afirmativas (PAA) para ampliação do acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com diversidade socioeconômica e étnico-racial: avaliação do período 2008-2012 e proposta de revisão. CAA/PAA/UFSC UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Resoluções Normativas: 08/CUN/2007, 022/CUN/2012, 026/CUN/2012**

## Anexo I – Guia de Informações para candidato ao Ensino Superior

**Ensino Superior: guia de informações  
para candidatos indígenas**

Promoção da Igualdade Étnico-  
Racial no Ensino Superior

Programa de Extensão  
Universitária - PROEXT 2013 –  
MEC/SESu



**Presidente da República**

Dilma Rousseff

**Ministro da Educação**

Aloizio Mercadante

(Dados do livro)

título?

autores

? etc

**Editora, Projeto gráfico e Diagramação**

xxxx

**ArtedaCapa**

xxxx

**Revisã**

o xxxx

Este material é destinado a uso público e gratuito.

Programa De Extensão Universitária - PROEXT 2013 – MEC/SESu

Promoção da Igualdade Étnico-Racial no Ensino

Superior Núcleo de Estudos de Populações

Indígenas (NEPI) Universidade Federal de Santa

Catarina

## Índice

1. A Universidade Federal de Santa Catarina.....	4
3. Como eu posso estudar na UFSC?.....	7
4. O que são Ações Afirmativas?.....	8
5. O que é a lei de cotas?.....	8
6. O que são vagas suplementares para estudantes indígenas?.....	10
6.1 Quem pode concorrer às vagas suplementares?.....	10
6.2 Como participar das vagas suplementares?.....	11
7. Você sabe o que é Auxílio Estudantil?.....	12
8. Como posso me candidatar aos auxílios estudantis da UFSC?.....	15
9. Bolsa Permanência MEC.....	18
10. Convênio UFSC-FUNAI.....	19
11. Fontes.....	21

## 1. A Universidade Federal de Santa Catarina

A UFSC é uma instituição de Ensino Superior fundada em 1960. É uma **universidade pública**, mantida pelo Estado Federal, isto significa que todos podem ter acesso aos seus cursos gratuitamente.

Seu principal campus está localizado em Florianópolis, onde oferece mais de 80 cursos de graduação e de pós-graduação. Além de Florianópolis, a UFSC oferece cursos em outras quatro cidades: Joinville, Araranguá, Curitiba e Blumenau.

O que é campus?

O campus ou cidade universitária é o local onde a universidade oferece seus serviços. Nel e encontram-se as salas de aula, laboratórios e outros departamentos administrativos. No

caso da UFSC, seu campus de Florianópolis reúne grande quantidade de cursos, além de áreas de lazer e convivência. Algumas universidades não possuem um campus e seus centros de ensino são dispersos.

O que é graduação?

Os cursos de graduação são  **cursos superiores**, isto é, de nível universitário. O estudante que conclui um curso superior pode receber o grau acadêmico e ganhar um **diploma**, documento emitido pela universidade que atesta a conclusão do curso e concede o direito de exercer uma profissão.

No campus de Florianópolis, a UFSC conta com 11 Centros de Ensino, organizados

segundo áreas de conhecimento, e cada um deles reúne departamentos e cursos distintos. Consulte, na sua escola, o **Guia de Cursos** para conhecer todos os cursos oferecidos no Vestibular 2014.

A UFSC está estruturada para atender uma série de necessidades dos estudantes. Dentro do campus universitário de Florianópolis encontramos: **Restaurante Universitário:** O RU fornece refeições diárias aos alunos da UFSC. O cardápio varia semanalmente, e busca incluir uma alimentação saudável e balanceada. São servidos almoço e janta, inclusive aos feriados e finais de semana, exceto durante as férias. O valor atual do passe para estudantes é R\$ 1,50 e gratuito aos alunos que possuem isenção do RU.

**Biblioteca Universitária (BU):** São oito Bibliotecas Setoriais, distribuídas por diferentes Centros de Ensino, e uma Biblioteca Central (BC). Nelas os estudantes têm a sua disposição uma grande quantidade de obras, incluindo periódicos e acervos digitais. Na BC o estudante também encontra computadores/netbooks para utilizar dentro de suas dependências, em ambiente climatizado e com mesas para estudo.

**Hospital Universitário:** O HU é um hospital público de Santa Catarina e oferece o Serviço de Atendimento à Saúde da Comunidade Universitária

(SASC), serviço que facilita a marcação de consultas com especialistas. Além disso, o HU é o local onde estudantes de diversos cursos da área da saúde (Medicina, Enfermagem, etc.) vêm completar sua formação.

**Centro de Cultura e Eventos:** Local destinado para eventos e que abriga uma série de serviços como lanchonetes, livraria, gráfica, além de salas e auditórios.**Centro de Convivência:** Atualmente, o Centro de Convivência abriga o Diretório Central dos Estudantes (DCE), a Galeria de Arte da UFSC e uma sede dos Correios. Nas suas dependências também são realizadas atividades lúdicas e culturais.

**LabUFSC:** Coloca à disposição dos estudantes computadores com acesso à internet, para que possam realizar suas pesquisas e atividades acadêmicas. O LabUFSC está localizado junto ao prédio da Biblioteca Central.

**Museu Universitário:** O MARquE, *Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC*, é aberto a toda comunidade e possui acervo de Arqueologia Pré-Colonial e Histórica, Etnologia Indígena e coleções do artista catarinense Franklin Cascaes.

**Planetário:** É o local onde acontecem aulas e apresentações que simulam imagens do céu estrelado, oferecendo uma experiência virtual que

visa tratar das ideias de astronomia. Conta também com um grupo de estudo de astronomia (GEA), onde especialistas e pessoas interessadas se reúnem em torno deste tema. É aberto à comunidade e comumente visitado por escolas.

### 3. Como eu posso estudar na UFSC?

O **Vestibular** é um concurso que, através da aplicação de uma prova, seleciona os melhores candidatos para estudar em um dos cursos de graduação da universidade. Esse processo seletivo ocorre anualmente e todas as pessoas que tenham concluído o ensino médio em escola regular, indígena ou supletivo, podem concorrer a uma vaga.

Na UFSC, além do vestibular há outras formas de ingresso. Confira algumas:

**Transferência Interna:** Troca de curso, habilitação, opção ou turno dentro da UFSC;

**Transferência Externa:** transferência de alunos de outras Instituições de Ensino Superior, nacionais ou estrangeiras, para a UFSC;

**Retorno de Graduado:** Uma vez graduado (formado) na UFSC, o aluno poderá fazer o pedido de retorno para ingressar em uma outra habilitação do mesmo curso ou em um novo curso;

**Reopção:** Quem fez a prova do vestibular, porém não se classificou para o curso pretendido, tem a possibilidade de reopção de curso. Para concorrer, o candidato deve ter optado pelo uso da nota do ENEM no Vestibular e não pode ter faltado nas

provas ou ter sido reprovado no Vestibular. Nesta forma de ingresso os candidatos podem reoptar pelos cursos que não tiveram todas as suas vagas preenchidas. Ao término do vestibular e início do ano letivo, uma lista dos cursos com vagas disponíveis é divulgada, bem como as regras para o preenchimento destas vagas. O candidato deverá estar atento às datas, preencher e enviar um formulário na internet fazendo sua escolha por um dos cursos disponíveis.

Essas opções dependem da existência de vaga e de que o pedido seja feito no prazo previsto pelo Calendário Acadêmico.**4. O que são Ações Afirmativas?**

Ações Afirmativas são políticas públicas que visam a distribuição de recursos destinados a pessoas que fazem parte de grupos que foram histórica e socialmente excluídos. Tratam-se de medidas destinadas às parcelas da população que sofrem algum tipo de discriminação, seja ela racial, étnica, social, religiosa ou de gênero. As políticas de Ações Afirmativas se apresentam como uma opção para melhorar este quadro social, aumentando a participação e acesso destas minorias à educação, emprego, saúde, entre outras coisas.

Na área da educação, existe um programa de ações afirmativas que visa a inclusão destes grupos socialmente excluídos no ensino superior: são as políticas de **cotas**.

## **5. O que é a lei de cotas?**



A Lei Federal nº 12.711/2012, a chamada **Lei de Cotas**, determina que **50% das vagas** nas universidades e institutos federais sejam reservadas para estudantes que cursaram integralmente o **ensino médio em escolas públicas**.

A implementação dessa Lei se dará de forma progressiva, devendo as universidades cumprirem os 50% da reserva de vagas até o prazo máximo de quatro anos (até 2016).

Com a implementação da Lei, os 50% de vagas reservadas às cotas são subdivididas: metade (25%) para alunos de escolas públicas com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*, a outra metade (25%) destinada aos alunos de escola pública com renda familiar bruta mensal superior a um salário mínimo e meio *per capita*. Dentro de cada uma dessas metades são reservadas vagas para pretos, pardos e indígenas, na proporção da somatória desses grupos na população de cada estado. Em Santa Catarina, segundo dados do IBGE de 2010, esta proporção corresponde a 16% da população.

O que é renda familiar bruta mensal per capita?

É a soma de todos os rendimentos recebidos pelas pessoas da família em um mês, por exemplo salários, dividido pelo número de pessoas

da sua família. Não são incluídos nesse cálculo os rendimentos recebidos de auxílios para alimentação e transporte ou dos programas governamentais como o Programa

Bolsa Família e os programas nele unificados.

**A reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas (PPI):** Os estudantes que optarem por essa cota de vaga competem entre si, isto significa que não há uma cota reservada para pretos, outra para pardos e outra para indígenas, mas antes todos concorrem às mesmas vagas.**6. O que são vagas suplementares para estudantes indígenas?**

Na UFSC, além dessa reserva de vagas (PPI), há a opção, **exclusiva para os estudantes indígenas**, de entrarem na universidade por meio das **vagas suplementares**. Estas vagas, criada através do Programa de Ações Afirmativas (PAA) da UFSC, são disputadas apenas entre integrantes de populações indígenas.

No Vestibular 2014 contamos com 13 vagas suplementares para estudantes indígenas, e a cada ano serão implementadas mais três até

completar o número de 22 vagas em 2017. As vagas suplementares serão preenchidas de acordo com a classificação geral

dos candidatos indígenas, observado o limite de 03(três)vagasporcurso.

**Fique atento:** Por meio das vagas suplementares, só podem entrar três estudantes indígenas por curso. Caso mais de três sejam aprovados, apenas os três melhores classificados no Vestibular terão direito à vaga. Mas a UFSC oferece mais de 80 cursos diferentes, descubra no Guia de Curso na sua escola o curso que melhor encaixa no seu perfil!

## 6.1 Quem pode concorrer às vagas suplementares?

As vagas suplementares são destinadas exclusivamente para estudantes indígenas que concorrem através do processo seletivo Vestibular. Qualquer estudante que concluiu o ensino médio, em escola regular, indígena ou supletivo, pode fazer a prova do vestibular e concorrer às vagas suplementares.

## 6.2 Como participar das vagas suplementares?

Para concorrer às vagas suplementares o estudante deverá, no ato da **inscrição do vestibular**, aceitar participar do Programa de Ações Afirmativas e indicar a sua opção pelas **vagas suplementares [PAA - Indígenas]**. Neste momento deverá preencher um formulário com algumas informações como: **(a)** a qual povo indígena pertence, **(b)** seu histórico de vida e **(c)** suas potencialidades para o curso ao qual está se inscrevendo e a importância desta profissão na sua comunidade/aldeia.

A inscrição para o Vestibular 2014 da UFSC é realizada exclusivamente através do site: <http://www.vestibular2014.ufsc.br/>

Após ser aprovado no vestibular, o aluno deverá realizar sua matrícula e passar por uma **comissão de validação**. Diante desta comissão o aluno indígena deverá **autodeclarar-se indígena** e atestar seu **pertencimento** levando um documento comprobatório emitido por autoridade indígena reconhecida ou pela FUNAI. Desta forma, a comissão poderá julgar se o aluno atende aos requisitos para ocupar esta vaga.

### 7. Você sabe o que é Auxílio Estudantil?

Os auxílios estudantis são recursos destinados aos estudantes de baixa renda matriculados nas universidades e institutos federais. O objetivo destes auxílios são promover a igualdade social e proporcionar condições de permanência para estes estudantes.

Auxílio estudantil é um direito:

Alguns estudantes que entram na universidade muitas vezes encontram dificuldades para permanecer devido a sua situação socioeconômica. Estes estudantes têm o direito de receber auxílios estudantis que garantam condições de continuidade aos seus estudos.

Na UFSC, o aluno em situação de



vulnerabilidade socioeconômica, através da aprovação de um **Cadastro**

**Socioeconômico** poderá ter acesso aos seguintes recursos:

**Bolsa Estudantil:** A Bolsa Estudantil busca atender ao estudante de graduação de baixa renda, oferecendo um auxílio financeiro para sua manutenção e permanência na universidade. O valor atual do benefício é de R\$ 492,00. A bolsa é concedida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Fique atento ao edital que será disponibilizado no site: **[www.prae.ufsc.br](http://www.prae.ufsc.br)**. A partir do seu primeiro semestre letivo já é possível candidatar-se a essa bolsa.

**Moradia Estudantil / Auxílio Moradia:** A moradia Estudantil conta com 157 vagas. As inscrições para seleção acontecem mediante abertura de edital. Para inscrever-se o estudante deve ter o cadastro socioeconômico aprovado na Coordenadoria de Serviço Social e ser proveniente de outros municípios. O critério de seleção é socioeconômico e os moradores não pagam nenhuma taxa. Quando não houver vagas disponíveis na Moradia, os estudantes classificados na seleção receberão um auxílio-aluguel no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais). Para o recebimento do auxílio deverá ser apresentado o comprovante do pagamento do aluguel mensalmente.

**Isenção do Restaurante Universitário (RU):** Para almoçar ou jantar no RU, o estudante deverá apresentar seu cartão de identificação e o passe. O passe é vendido na administração do RU e custa R\$ 1,50. Para adquirir o cartão basta comparecer na Secretaria do RU e apresentar atestado de matrícula e um documento de identificação. A primeira via do cartão é gratuita.

Para solicitar isenção do passe do RU o estudante deve ter cadastro socioeconômico aprovado na Coordenadoria de Serviço Social/PRAE e entregar cópia do seu atestado de matrícula e um requerimento relatando a situação vivenciada no momento.

**Auxílio Creche:** Para receber o auxílio creche, o estudante deverá ter realizado inscrição junto ao setor público municipal, como também no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da UFSC, estando em situação de lista de espera de vagas nos dois locais citados e não estar recebendo nenhum tipo de auxílio creche. O valor do auxílio creche é de R\$ 412,00 (auxílio parcial) e R\$ 683,00 (auxílio integral) com vigência semestral. Os acadêmicos interessados deverão ficar atentos a divulgação do Edital que estabelece o período de inscrição e a documentação necessária.



**Bolsas para Cursos Extracurriculares:** O Departamento de Letras da UFSC oferece, semestralmente, cursos extracurriculares de inglês, francês, espanhol, alemão, chinês e italiano, além de preparação para TOEFL e português para estrangeiros. Antes da matrícula, o candidato deve passar por um teste de nivelamento. Em geral, os cursos oferecem

60 horas/aula por semestre, com cerca de duas aulas de uma hora e meia por semana. Ao fim do curso, o aluno aprovado, recebe certificado de capacitação. O Serviço Social, vinculado à PRAE, oferece bolsas integrais aos estudantes interessados nestes cursos.

Para participar da seleção o estudante deverá ter seu cadastro socioeconômico aprovado e requerer a bolsa através de pedido formal, junto ao Serviço Social, anexando histórico escolar e atestado de matrícula. O estudante deve ficar atento à divulgação do período de requerimento das bolsas que são fornecidas todos os semestres.

**Auxílio para material didático:** Os estudantes que encontrarem dificuldades para acompanhar as aulas por falta de material didático (fotocópia/xerox, material para aula prática) podem procurar a Coordenadoria de Serviço Social/PRAE e fazer uma solicitação por escrito. Para tanto, deverá ter cadastro socioeconômico aprovado previamente.

**Atendimento Psicológico:** Para que o estudante tenha acesso ao atendimento psicológico deverá comparecer na Coordenadoria de Serviço Social/PRAE onde será atendido pela assistente social que posteriormente fará o encaminhamento para atendimento com psicóloga na PRAE.

Informações: [www.prae.ufsc.br](http://www.prae.ufsc.br)

Contato:

[ssaluno@reitoria.ufsc.br](mailto:ssaluno@reitoria.ufsc.br) Fone:

(48) 3721-9495

## **8. Como posso me candidatar aos auxílios estudantis da UFSC?**

Desde o início do curso de graduação, o estudante poderá receber os recursos de assistência estudantil, mas para isso deve comprovar sua situação de vulnerabilidade socioeconômica. A seleção dos alunos aptos a receber estes recursos é feita através de um **cadastro socioeconômico**.

(1) O que é o **Cadastro Socioeconômico**?

O cadastro socioeconômico é um instrumento para definir o perfil de vulnerabilidade social e econômica dos estudantes. Os critérios são a renda familiar, o número de dependentes e outros agravantes sociais que podem colocar em risco a permanência do estudante na Universidade.

## (2) Como o Cadastro Socioeconômico é **aprovado**?

Para aprovar o Cadastro Socioeconômico é necessário apresentar uma documentação que comprove a situação de vulnerabilidade do estudante. Uma vez aprovado o cadastro, recursos serão destinados àqueles alunos que se encontram em situações mais graves, segundo uma classificação estabelecida pela Coordenadoria de Assistência Estudantil.

A isenção do Restaurante Universitário pode ser concedida a todos que tiverem seu cadastro aprovado, porém o acesso a outros auxílios estudantis, como a bolsa e moradia estudantil, depende dessa classificação.

O cadastro socioeconômico e a documentação deverão ser renovados anualmente.

## (3) E se eu não tiver a **documentação** necessária?

A não-apresentação da documentação requerida poderá prejudicar, ou mesmo impedir o acesso aos auxílios estudantis. Porém, a análise da documentação é feita por assistentes sociais da Universidade que deverão ser flexíveis às particularidades de cada caso. O aluno que tiver dificuldade em apresentar alguma das documentações requeridas deve entrar em contato com a PRAE para apresentar sua situação.

(4) **Quando, Onde e Como** eu devo apresentar meu Cadastro Socioeconômico?

**Quando:** A cada início de semestre letivo é aberto um Edital onde é divulgado as normas para o Cadastro Socioeconômico, bem como os documentos que deverão ser apresentados. Estes editais são disponibilizados no site: <http://www.prae.ufsc.br> Para se candidatar aos auxílios fique atento aos prazos para o preenchimento do cadastro. As datas estarão disponíveis nos Editais dos respectivos auxílios e lançados semestralmente.

**Onde:** O cadastro socioeconômico deve ser preenchido através do sistema eletrônico disponível no site: <http://www.prae.ufsc.br> , na seção *Cadastro Online*.

**Como:** Após preencher o cadastro socioeconômico, o aluno deverá entregar a documentação solicitada na Coordenadoria de Assistência Estudantil do seu respectivo *campus*. Nesta ocasião o aluno passará por uma entrevista com a assistente social. Não se esqueça de conferir a data para a entrega da documentação que será divulgada no Edital.

(5) O que é a **PRAE**?

PRAE significa Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, e é um departamento da Universidade que tem como missão desenvolver políticas de permanência estudantil. Sua função é promover igualdade social dentro do âmbito da universidade. Visa a interação do estudante no meio acadêmico, contribuindo assim, para a sua permanência na UFSC.

Informações:  
[www.prae.ufsc.br](http://www.prae.ufsc.br) Contato:  
[prae@reitoria.ufsc.br](mailto:prae@reitoria.ufsc.br) Fone:  
(48) 3721-9495

## 9. Bolsa Permanência MEC

A partir de 2013 **todos os alunos indígenas** que ingressem em qualquer universidade ou instituto federal têm o direito de receber uma bolsa de R\$ 800,00.

O Programa de Bolsa Permanência é uma ação do Governo Federal que concede auxílio financeiro para estudantes que cursem o ensino superior em instituições federais públicas. O programa atende estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.

### Como obter a Bolsa Permanência MEC?

Ao ingressar na universidade o estudante indígena pode fazer o pedido do benefício. Para isso deverá preencher um cadastro com informações sobre seu perfil socioeconômico e acadêmico, no site: <http://permanencia.mec.gov.br/>

Após a solicitação, o aluno deve aguardar sua homologação. Verifique os outros procedimentos necessários no início do seu semestre letivo.

Na UFSC, o estudante poderá obter mais informações junto à PRAE, no andar térreo na Biblioteca Central, ou através do site: <http://www.prae.ufsc.br/bolsa-permanencia-mec/>

## 10. Convênio UFSC-FUNAI

Em 2010 a UFSC assinou um convênio com a FUNAI que estipula uma série de compromissos entre estas duas instituições com relação ao estudante indígena que ingressa nessa universidade através do **Programa de Ações Afirmativas**. A cooperação UFSC-FUNAI visa auxiliar o estudante em sua permanência na Universidade.

Segundo este acordo, a **UFSC** deverá prover ao estudante indígena:

- (1) Alimentação gratuita durante o período letivo;
- (2) Vagas na moradia estudantil ou auxílio moradia;
- (3) Passe-escolar para o deslocamento até a Universidade;
- (4) A garantia da possibilidade destes alunos se inscreverem nos programas de assistência estudantil, reconhecendo que há especificidades nas suas condições

que muitas vezes dificultam a apresentação de todos os documentos solicitados para o recebimento dos auxílios.

Por sua vez, a **FUNAI** deverá prover ao estudante indígena:

- (1) Auxílio e suporte técnico para os estudantes indígenas fazerem sua inscrição no Vestibular;
- (2) Durante o período de férias, deverá fornecer transporte para os alunos retornarem para suas casas, bem como seu deslocamento de volta à Universidade no retorno às aulas;
- (3) Garantir o apoio financeiro de R\$ 300,00 (trezentos reais) aos estudantes indígenas que ingressem na Universidade por meio do PAA (Programa de Ações Afirmativas) da UFSC.

### **Quem pode requisitar o auxílio da FUNAI?**

Todos os estudantes indígenas que iniciaram um curso de graduação na UFSC por meio das vagas suplementares para indígenas podem requisitar o auxílio da FUNAI.

### **Como posso requisitar o auxílio da FUNAI?**



Procure uma das **Regionais da FUNAI** no estado de Santa Catarina e informe-se sobre os procedimentos:

**Coordenação Regional do Litoral Sul/SC**

End: Rua. Margarida de Abreu, nº 395

São José/SC

Tel: (48) 3244-0584 / 3244-0469

e-mail: [cr.litoralsul@funai.gov.br](mailto:cr.litoralsul@funai.gov.br)

**Coordenação Regional Interior Sul/SC**

End: Avenida São Pedro, número 812-D

Chapecó/SC

Tel: (49) 3322-0190 / 3599

e-mail: [funai.chapeco@funai.gov.br](mailto:funai.chapeco@funai.gov.br)



## 11. Fontes

<http://ufsc.br>

/

<http://coperv>

[e.ufsc.br/](http://e.ufsc.br/)

<http://acoes->

[afirmativas.uf](http://afirmativas.uf)

[sc.br/](http://sc.br/)

<http://prae.u>

[fsc.br/](http://fsc.br/)

<http://www.>

[mec.gov.br/](http://mec.gov.br/)

<http://www.f>

[unai.gov.br](http://unai.gov.br)

<http://www.p>

[oliticasdacor.](http://oliticasdacor.)

[net/](http://net/)

<http://gema>

[.iesp.uerj.br/](http://.iesp.uerj.br/)

**Anexo II – Guia de cursos**

Caros candidatos,

Neste guia você encontrará informações sobre todos os cursos de graduação oferecidos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no Vestibular 2015.

Para sua consulta, os cursos foram separados pelas cidades que contam com *campus* da Universidade: Joinville, Curitiba, Araranguá, Blumenau e Florianópolis, e nesta última por centros de ensino que agrupam os cursos por áreas de conhecimento.

Preste atenção, quando for realizar a matrícula, se o curso que você escolheu inicia no primeiro ou no segundo semestre. Há cursos que iniciam apenas no primeiro semestre letivo, normalmente em março, ou apenas no segundo semestre, em agosto. Outros cursos, como por exemplo Ciências Sociais, oferece turmas iniciais para ambos os semestres, mas no primeiro semestre o curso é oferecido no turno diurno e no segundo semestre apenas no turno noturno.

Após o nome do curso você encontrará informação sobre o horário do curso: “diurno” indica que as aulas ocorrem somente de manhã ou somente de tarde; “integral” indica que ocorrem de manhã e de tarde; “vespertino e noturno” com aulas de tarde e de noite; e “noturno” indica que ocorrem somente de noite.

Nos cursos de graduação existem dois tipos de habilitações: “bacharelado” forma profissionais para trabalharem em atividades específicas da área de conhecimento do curso e exigem, na maior parte das vezes, a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso

(TCC). Por sua vez, a “licenciatura” forma profissionais para o magistério do Ensino Fundamental e Médio e exige um estágio docência (como professor) ou atividade similar.

Faça um bom uso deste material e consulte sempre que desejar conhecer mais sobre um curso.

## **CAMPUS FLORIANÓPOLIS**

### **Centro De Desportos – CDS**

#### **Educação Física – Bacharelado Diurno**

#### **Educação Física – Licenciatura Noturno**

O curso é dividido entre licenciatura e bacharelado. O bacharel recebe uma formação humanista, com conduta eticamente responsável, tendo como objetivo principal a promoção da saúde e da qualidade de vida a todas as pessoas. Além disso, pode exercer atividades em academias, associações comunitárias, empresas, ou ainda trabalhar como treinador pessoal. O licenciado recebe uma formação para atuar em escolas de Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

O Centro de Desportos oferece projetos de extensão em mais de trinta modalidades como tênis, voleibol, futebol, ginástica, dança, capoeira e judô. O estudante tem ainda oportunidades em bolsas de iniciação científica, pesquisa, monitorias, escola infantil de esportes e programa especial

de treinamento. A infraestrutura do Centro conta com uma piscina térmica coberta, quadras de tênis, campo de futebol, pista de atletismo, três ginásios cobertos, quadras polivalentes, salas de dança, de ginástica, de condicionamento físico e dojô. Além disso, os acadêmicos utilizam laboratórios de esforço físico, fisiologia, anatomia, línguas estrangeiras, informática, estudos pedagógicos, biomecânica e mídia.

O currículo do curso está baseado em quatro grandes áreas: as matérias ligadas às ciências naturais e biológicas; as disciplinas do campo das humanidades; os conhecimentos teórico-práticos da cultura de movimento; e as disciplinas de formação didático-pedagógica. A partir da metade do curso, estão previstos estágios supervisionados onde o estudante conhece o trabalho de um professor de educação física.

## **Centro De Ciências Da Saúde – CCS**

### **Enfermagem – Diurno**

O curso prepara um profissional comprometido com as necessidades da população e com interesse por políticas públicas de saúde. O enfermeiro formado está capacitado a atuar na rede pública ou privada de saúde, hospitais, ambulatórios, clínicas, domicílios e indústrias.

Durante o primeiro ano são transmitidos conhecimentos básicos e, a partir da terceira fase, as disciplinas são específicas e práticas. O Hospital Universitário (HU) é o grande laboratório do curso, onde são ministradas a maioria das aulas e, até a conclusão do curso, os estudantes devem passar por todos os seus setores. Outra maneira de conhecer o cotidiano da profissão é atuando nos ambulatórios dos postos de saúde. Os estudantes também

participam de grupos de pesquisa e extensão. No HU existem grupos de diabetes, câncer, hipertensão e gravidez, entre outros.

Para desenvolver a consciência sobre a função do profissional de saúde na sociedade, os estudantes têm aulas de Saúde e Sociedade, Enfermagem no Contexto Social e Psicologia.

### **Farmácia – Integral**

O curso forma um profissional com perfil para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual. Também deve estar capacitado ao exercício de atividades referentes aos fármacos e aos medicamentos, às análises clínicas e toxicológicas e ao controle, produção e análise de alimentos, pautado em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade. O curso tem um projeto pedagógico centrado no estudante como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem, visando buscar a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência. A formação do farmacêutico egresso deverá contemplar as necessidades sociais da saúde, a atenção integral da saúde no sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contra-referência e o trabalho em equipe, com ênfase no Sistema Único de Saúde.

### **Fonoaudiologia – Noturno (com atividades no período diurno)**



O curso tem por finalidade formar profissionais com perfil generalista, humanista, crítico e reflexivo. Para isso, o curso compõe-se de oito fases, constituídas por módulos temáticos e disciplinas isoladas que se articulam e se complementam, através de aulas teóricas, teórico-práticas, práticas e estágios, atividades didáticas, atividades de iniciação à pesquisa e atividades de extensão. O currículo em módulos permite ao estudante a construção de um conhecimento integral, reunindo conhecimentos das diversas áreas da Fonoaudiologia e de áreas afins.

A proposta pedagógica do curso foi construída para os estudantes participarem efetivamente de disciplinas teóricas, teórico-práticas, práticas e estágios que promovem, desde o início da formação, um pensamento crítico e reflexivo voltado às várias áreas da fonoaudiologia, com ênfase na saúde coletiva. Desta forma, pretende-se formar fonoaudiólogos com competências relacionadas à atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, gerenciamento, educação permanente, raciocínio lógico e análise crítica; atuação em equipes interdisciplinares, iniciação à pesquisa, internalizar valores no tocante ao social, à justiça e aos padrões éticos do profissional.

### **Medicina – Integral**

O curso apresenta um currículo integrado por módulos para os primeiros oito semestres e, desde o início, introduz o estudante no Sistema Único de Saúde (SUS) e em atuação clínico-cirúrgica; os outros quatro semestres, do internato médico, são de atividades práticas, treinamento em serviço, nas áreas de clínica médica, cirurgia, pediatria, ginecologia obstetrícia e saúde da família/saúde coletiva. Os locais de ensino-aprendizagem são o Hospital Universitário, a rede de atenção básica da Secretaria

Municipal de Saúde de Florianópolis, quatro hospitais da Secretaria Estadual de Saúde (Hospital Infantil Joana de Gusmão, Maternidade Carmela Dutra, Hospitais Celso Ramos e Nereu Ramos) e laboratórios dos departamentos das áreas básicas e clínicas.

Os módulos, abordando conhecimentos cognitivos, atitudinais e procedimentais, se constituem nos fundamentos para a graduação do profissional médico voltado para as necessidades de saúde da população e do SUS, visando a integralidade da assistência à saúde.

### **Nutrição – Diurno**

Desde o primeiro ano, o estudante tem disciplinas que permitem o contato com as atividades profissionais. A partir do terceiro ano do curso são oferecidas matérias teórico-práticas nas áreas de nutrição básica, nutrição clínica, experimental, saúde pública, administração de unidades de alimentação e nutrição esportiva. O Hospital Universitário (HU), assim como instituições outras conveniadas com a UFSC, é utilizado para aulas práticas, estágios curriculares e extracurriculares. Os estudantes têm à disposição laboratórios bem equipados e ambulatórios de atendimento nutricional no HU.

O nutricionista pode atuar nas áreas de nutrição clínica, saúde pública, nutrição experimental, administração de unidades de alimentação coletiva e comercial, bem como nutrição esportiva. A atuação profissional ocorre nos mais diversos locais, como hospitais, clínicas, SPAs, unidades de saúde, creches, unidades produtoras de refeições coletivas e comerciais, indústrias, centros esportivos, clubes, academias, empresas, organizações não governamentais ou instituições públicas que organizam programas de alimentação.

## **Odontologia – Diurno**

O curso tem por objetivo contextualizar, investigar e ensinar saberes da Odontologia, necessários para formar cirurgiões-dentistas habilitados para o exercício da profissão, promotora de saúde e fundamentada nos preceitos da ética, da moral e da ciência.

Nas três primeiras fases, o estudante estuda o organismo humano e seu funcionamento em disciplinas como Histologia, Fisiologia, Embriologia e Anatomia. O currículo também possui conteúdos de Sociologia, Bioética e Interação Comunitária, que ajudam a refletir sobre a responsabilidade social do cirurgião-dentista. A inserção no Programa Saúde da Família em parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis e com a Secretaria Estadual de Saúde, proporciona ao estudante vivenciar o trabalho em equipes multiprofissionais. No ciclo profissionalizante os estudantes têm uma formação generalista, baseada em evidências científicas. São capacitados a realizar diversos procedimentos técnicos como restaurações, tratamentos de canal, cirurgias e próteses. As atividades práticas são realizadas nos laboratórios pré-clínicos e nas clínicas, além de um ano de estágio supervisionado.

O mercado de trabalho é restrito e competitivo nas grandes cidades, onde se concentra um grande número de profissionais. Porém, existem boas oportunidades em municípios do interior. Um ramo que está em crescimento é o atendimento odontológico em empresas, sindicatos, órgãos públicos e escolas.

## **Centro de Ciências da Educação – CED**

### **Arquivologia – Bacharelado Diurno**

O curso propiciar a formação profissional do arquivista capacitando-o a atuar de forma crítica e reflexiva sobre as dimensões da realidade social. O estudante tem uma formação para o exercício das funções gerenciais e técnicas próprias ao campo profissional da Arquivística.

### **Biblioteconomia – Noturno**

O curso forma profissionais capazes de localizar, armazenar, recuperar e organizar informações em qualquer meio: dos livros e documentos em papel aos armazenados em bancos de dados eletrônicos ou disponíveis na *internet*. No laboratório de Informática os estudantes podem desenvolver técnicas de pesquisa voltadas especificamente para a área de *internet*, que ganha importância cada vez maior ao oferecer novos postos de trabalho. O currículo compreende disciplinas agrupadas em três áreas: Fundamentação Geral, que pode ter disciplinas feitas em outros cursos; Instrumentais, que abrange as disciplinas de línguas, lógica e métodos e técnicas de pesquisa; e Formação Profissional, que coloca o estudante em contato com os fundamentos teóricos da biblioteconomia. Um estágio extracurricular obrigatório de 270 horas deve ser realizado na última fase, em uma instituição que possua acervo documental. Como trabalho final do curso, o estudante elabora um relatório de Estágio Supervisionado. O estudante precisa ainda desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

### **Educação do Campo – Licenciatura (Pedagogia da Alternância com “Tempo Escola” e “Tempo Comunidade”)**

A Licenciatura Plena em Educação do Campo, mesmo fazendo parte do ensino regular de graduação da UFSC, é um curso voltado a um público específico. Por isso, antes de tudo, veja se você tem o perfil mais adequado para nele se inscrever. Embora o vestibular seja aberto a todos que concluíram o ensino médio, o curso é prioritariamente destinado para professores e educadores que já atuem em escolas do campo, porém, sem a formação necessária, jovens que vivam em municípios onde o espaço rural seja importante e desejam melhorar os processos educativos em suas regiões também devem participar.

O Curso é desenvolvido de forma presencial, mas utilizando a Pedagogia da Alternância. Ou seja, estará organizado em “momentos” pedagógicos que interagem, chamados de “Tempo Escola” e “Tempo Comunidade”. O que se busca é um processo educativo uno, que articule a experiência de trabalho e de vida do estudante no seio da comunidade rural onde vive com a experiência de formação universitária propriamente dita.

A formação no Curso se dará nas áreas de conhecimento Ciências da Natureza e Matemática; e Ciências Agrárias. Desta forma, o estudante licenciado em Educação do Campo poderá atuar como professor nestas áreas do conhecimento, nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, seja no ensino regular, seja em escolas profissionalizantes agrícolas e similares, seja em outros espaços educativos (como Centros de Formação por Alternância, as Casas Familiares Rurais ou do Mar).

O estabelecimento de uma política de formação de professores identificada com as questões do campo é resultado de reivindicações dos movimentos sociais, do trabalho de docentes e de pesquisadores na área, e da vontade política de instituir uma Educação do Campo focada na realidade dos sujeitos que vivem no e do campo. E que, neste contexto, o Curso é apoiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

(Secad), do Ministério da Educação, através do ProCampo. Concretamente, isso significa que os estudantes vindos do interior terão apoio para a permanência em Florianópolis, nos períodos de “tempo escola”, ao longo do Curso.

### **Pedagogia – Diurno**

O curso forma profissionais que, além de atuar no magistério, tanto na educação infantil quanto ensinando crianças e adolescentes nos anos iniciais, também participam na organização e na gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais, tendo ainda o papel de produzir e difundir o conhecimento nas diversas áreas da educação. O curso busca uma formação que contemple tanto a pesquisa como a prática pedagógica, com uma matriz curricular que reafirma a docência como base da formação, ou seja, o foco é a formação de professores para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil, integrando num único percurso formativo as bases necessárias à atuação nas demais atividades pedagógicas das unidades e sistemas de ensino.

O projeto pedagógico do curso se organiza em três eixos básicos: educação e infância, organização dos processos educativos e pesquisa. O percurso formativo contempla disciplinas de diferentes áreas, bem como a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso TCC, que consiste em pesquisa com tema referente à área educacional.

Na sua trajetória no curso, o estudante deve realizar dois estágios: o primeiro de docência na educação infantil, e o segundo nos anos iniciais do ensino fundamental. Estes podem ser feitos no Núcleo de Desenvolvimento Infantil, no Colégio de Aplicação da UFSC ou em escolas e instituições de educação infantil da rede municipal e estadual.

## **Centro Sócio-Econômico – CSE**

### **Administração – Diurno**

### **Administração – Noturno**

O curso prepara o estudante para um mercado de trabalho bastante diversificado e também incentiva a prática de pesquisas científicas. Teoria e prática constituem um currículo que proporciona ao estudante um amplo aprendizado sobre as estruturas organizacionais e seus problemas. As disciplinas têm como objetivo incentivar o empreendedorismo e despertar a capacidade de analisar as transformações sociais.

No mercado de trabalho, o administrador atua nas mais diversas áreas, que exigem profissionais capacitados para o gerenciamento empresarial. O curso oferece disciplinas como administração de pequenos negócios, desenvolvimento de novas empresas, marketing, produção, projetos e empreendimentos, direito empresarial e tecnologia da informação.

### **Ciências Contábeis – Diurno**

### **Ciências Contábeis – Noturno**

Desde as primeiras fases o estudante lida com conceitos teóricos da área em disciplinas como contabilidade geral, tributária, gerencial e pública, jogos de empresas e legislação tributária. Nas disciplinas optativas o estudante pode optar por temas mais específicos, como contabilidade rural, industrial e previdenciária.

O currículo incentiva a busca da formação contínua, pela participação em projetos de extensão e monitoria. Sob a orientação de professores, o estudante presta assessoria a órgãos públicos, entidades ou empresas privadas, e aprende como melhor gerenciá-las. Também tem acesso aos laboratórios de Informática Aplicada à Contabilidade e ao de Atividades Práticas, que simulam situações comuns no exercício da profissão. O curso oferece o Laboratório de Gestão Contábil da Informação e vários núcleos de pesquisa, dentre eles o Núcleo de Indicadores Contábeis Brasileiro e o Núcleo de Estudos em Auditoria, nos quais os estudantes podem iniciar atividades de extensão e de pesquisa. Outro espaço em que o estudante pode atuar é na Empresa Júnior do Centro Sócio-Econômico, que presta assessoria a pequenas e médias empresas.

Ao concluir o curso, o estudante deverá se submeter ao Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade para obter o registro profissional. Desde a implantação do Exame, em 2000, a UFSC é a universidade que tem mais estudantes aprovados. O futuro profissional torna-se capaz de orientar estratégias empresariais, realizar auditorias e perícias, prestar assessoria e controlar o fluxo financeiro de uma empresa.

### **Ciências Econômicas – Diurno**

### **Ciências Econômicas – Noturno**

O curso oferece uma formação abrangente sobre a realidade econômica brasileira e mundial, envolvendo o estudante em debates e análises sobre os principais problemas econômicos da atualidade, como inflação, taxa de juros e de câmbio, emprego, distribuição de renda e acordos internacionais. Além disso, a partir da metade do curso o estudante recebe formação específica nas áreas em



que tiver maior interesse, tais como finanças, análise de investimentos e economia empresarial, economia industrial e da tecnologia, agroindustrial e economia regional; economia brasileira e internacional; economia política e evolução do capitalismo contemporâneo. As disciplinas optativas do curso permitem atender aos novos conhecimentos e aplicação da Ciência Econômica em novas áreas, como desenvolvimento ambiental, impactos econômicos e sociais da inovação tecnológica, e novas relações internacionais.

O tratamento, análise e apresentação gráfica de dados são atividades rotineiras em diversas disciplinas do curso. Durante essas atividades, o estudante terá a oportunidade de comprovar a veracidade, ou não, de muitas das opiniões exibidas na mídia nacional sobre temas econômicos palpitantes.

### **Relações Internacionais – Diurno**

O curso tem como objetivo criar competência técnica nos diversos campos das relações internacionais, com ênfase nos aspectos voltados às relações econômicas internacionais. Esta ênfase está pautada na crescente inserção da economia brasileira no cenário internacional e nas características específicas do estado de Santa Catarina, que conta com um conjunto importante de empresas exportadoras, logística de transportes voltada para o comércio exterior e tem uma localização privilegiada no maior processo de integração regional brasileiro, qual seja, o Mercosul. O egresso do curso poderá trabalhar em agências governamentais, em empresas privadas ou públicas e em organizações internacionais.

## **Secretariado Executivo – Bacharelado Noturno**

O curso possui currículo multidisciplinar para capacitar o estudante egresso para o mercado corporativo, incluindo empresas nacionais ou estrangeiras. Esse currículo, que inclui disciplinas nas áreas de inglês como língua estrangeira, língua portuguesa, psicologia, administração, biblioteconomia, filosofia, matemática, informática, direito, história e economia, reflete a demanda de um mercado em expansão, que requer um profissional multitarefas.

No último semestre do curso, para que o estudante tenha oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos no curso, é oferecida a disciplina estágio profissionalizante, que proporciona a oportunidade de vivenciar a profissão como também de elaborar um relatório fruto desse estágio ou uma monografia relativa à área.

O secretário-executivo é o profissional que reúne as técnicas e os conhecimentos necessários para a assessoria de executivos e funcionários de alto escalão das mais diversas áreas em empresas privadas e órgãos governamentais e que participa diretamente das decisões desses executivos.

## **Serviço Social – Diurno**

### **Serviço Social – Noturno (com atividades no período diurno)**

O curso está estruturado em três núcleos: fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos sócio-históricos da sociedade brasileira, e o núcleo de fundamentos do trabalho do assistente social. Nas

primeiras fases, o estudante terá disciplinas gerais como história do Brasil e ciência política. O estágio supervisionado e o trabalho de conclusão de curso são realizados no último ano do curso.

A proposta pedagógica do curso foi elaborada a partir de duas considerações básicas: a dimensão de intervenção para profissional e o espírito investigativo necessário para reconhecer e compreender os processos de exclusão social. A partir desses elementos, o estudante poderá viabilizar e estabelecer ações concretas.

O curso forma profissionais que atuam na defesa e garantia dos direitos civis, políticos e sociais, na democracia e na liberdade. O assistente social pode formular e implementar propostas sociais através de políticas públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil ou de movimentos sociais. O curso estende-se ao desenvolvimento de pesquisas para subsidiar a formulação de políticas e desenvolver ações profissionais. Estão entre as competências do assistente social orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos e realizar estudos socioeconômicos para diagnosticar necessidades sociais. O profissional pode ainda optar por assumir o magistério, supervisionar estagiários e coordenar cursos e unidades de ensino de Serviço Social. O mercado de trabalho é diversificado e abrange as Prefeituras Municipais, os Conselhos Tutelares, de Gestão e de Direitos, as ONGs, Secretarias de Justiça, de Saúde, de Desenvolvimento Social, além de hospitais e cooperativas médicas.

## **Centro Tecnológico – CTC**

### **Arquitetura e Urbanismo – Diurno**

O curso oferece uma formação interdisciplinar em cinco anos, estruturada a partir de quatro troncos de disciplinas afins: projeto, urbanismo e paisagismo, teoria e história, e tecnologia. A ênfase teórico-prática orienta o desenvolvimento do curso e é exercitada nas disciplinas de projeto, ao longo dos dez semestres, e nas de urbanismo e paisagismo, em sete semestres. Estas disciplinas, por sua vez, estão embasadas nos conteúdos trabalhados nos troncos de teoria e história e de tecnologia. Além das disciplinas obrigatórias, o estudante deve cursar optativas à sua escolha, podendo realizá-las em outros cursos da UFSC.

Oito laboratórios apoiam e desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão, alguns deles são o Laboratório de Modelos e Maquetes, onde os estudantes desenvolvem a representação em escala reduzida de seus projetos; o Laboratório de Conforto Ambiental, destinado às questões de conforto térmico, acústico e lumínico; e o Laboratório de Urbanismo, para pesquisas e consultoria sobre cidades e regiões.

O curso forma profissionais capacitados para projetar, planejar e construir edificações e espaços abertos, bem como propor a organização do espaço arquitetônico, urbano e regional. O arquiteto-urbanista pode trabalhar em diversas escalas, sejam elas o planejamento regional e urbano (planos diretores, loteamentos, etc.), o projeto e a construção de partes de cidades, edificações e espaços abertos (urbano, paisagístico e arquitetônico), e, inclusive, o projeto de objetos (mais conhecido como design).

### **Ciências Da Computação – Diurno**

Durante o curso, o estudante pode optar pelo perfil tradicional da profissão, ou por outro mais específico, definido na segunda etapa da graduação. O foco tradicional

é a concepção de novas tecnologias, inovação e modernização. Nesse perfil, o estudante tem uma formação sólida nos fundamentos da computação. Se optar por um perfil mais especializado, o estudante, além de receber uma base teórica sólida, tem a sua formação mais concentrada em projeto e desenvolvimento de sistemas através da aplicação de novas tecnologias computacionais. Por isso, o currículo do curso é dividido em duas etapas. Na primeira, estão as disciplinas obrigatórias básicas, envolvendo teoria e programação. A segunda é composta por disciplinas obrigatórias e optativas de cunho tecnológico, incluindo estágio e trabalho final de graduação.

O profissional das Ciências da Computação pode escolher entre desenvolver trabalhos em centros de pesquisa e em meio acadêmico ou atuar no projeto e desenvolvimento de software em áreas de fronteira com outras ciências, como as Telecomunicações e a Bioinformática.

### **Engenharia Civil – Diurno**

O curso oferece aulas práticas em laboratórios de ensino, desenvolvimento de projetos, prestação de serviços técnicos para a comunidade através do Escritório Piloto da Engenharia Civil e bolsas de iniciação científica, através do grupo de Programas Especiais de Treinamento.

O departamento de Engenharia Civil possui onze laboratórios bem equipados para desenvolver os estudos do ciclo profissionalizante e também conta com os laboratórios de física e química de outros departamentos. Estão ao acesso dos estudantes laboratórios como o de Mapeamento Geotécnico, onde amostras de solo são analisadas para identificar suas propriedades e verificar a viabilidade da implantação da obra no local; o Laboratório

de Análise de Estruturas e o Laboratório de Fotogrametria, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento.

Nos dois primeiros anos, são oferecidas disciplinas básicas da engenharia, como cálculo, química, computação e desenho. Após este período, iniciam as matérias específicas, dentre elas: cálculo estrutural (para concreto, aço e madeira), as de geotécnica (mecânica dos solos e pavimentação), as de transportes (projeto geométrico e implantação de estradas) e de ciências geodésicas (topografia e fotogrametria). São oferecidas também disciplinas optativas. Na nona fase, o estudante realiza o Estágio Profissionalizante, normalmente em uma empresa conveniada com a UFSC e, no último ano, executa o Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação de um professor e na área de conhecimento de sua escolha.

O curso prepara os estudantes para prestar serviços técnicos, assessoria e planejamento na construção civil, em estruturas, ciências geodésicas, geotecnia e transportes. O profissional atua desde o desenvolvimento de projetos até a execução de edificações, estradas, barragens, pontes, aeroportos, estabilidade de encostas, tratamento hidráulico e saneamento.

### **Engenharia de Alimentos – Diurno**

O curso inclui disciplinas básicas da área de engenharia: matemática, física, química e computação, além de conteúdos específicos, tais como: microbiologia de alimentos, processos da indústria de alimentos, dimensionamento e projeto de equipamentos (destilação, extração, tratamento térmico, secagem, entre outros), bioquímica de alimentos, análise sensorial, acondicionamento e embalagens para alimentos. Ao final do curso, o estudante aprende a projetar uma indústria de alimentos completa, elabora um Trabalho de Conclusão de

Curso versando sobre assuntos relevantes à Engenharia de Alimentos, além de realizar um estágio curricular em empresa do setor.

O engenheiro de alimentos atua na seleção da matéria-prima, no processamento industrial e na distribuição dos alimentos aos consumidores, no desenvolvimento e no controle de qualidade dos produtos alimentícios, no projeto industrial de processos, no gerenciamento e na administração de indústrias e nos setores responsáveis pela distribuição e armazenagem desses produtos. Exerce ainda atividades na área de marketing, vigilância sanitária e no controle de poluição ambiental. O profissional enquadra-se em diversos setores produtivos: laticínios, frigoríficos, cervejarias, vinícolas, indústrias de óleos e gorduras, indústrias de açúcar e álcool, bioengenharia, energias renováveis, entre outros.

### **Engenharia de Controle e Automação – Diurno**

O curso forma profissionais aptos ao desenvolvimento e à utilização de sistemas que automatizam equipamentos e processos de produção. O engenheiro de controle e automação industrial alia várias habilitações da engenharia à informática, otimizando a linha de produção das fábricas e pode atuar em vários segmentos, como em empresas de engenharia, indústrias de eletroeletrônica, cerâmica, siderurgia, metalurgia, de cimento, química e petroquímica, alimentícia, automotiva, metal-mecânica e têxtil. Também pode se dedicar à criação de softwares para automatizar empresas, além de prestação de serviços nas áreas de automação e controle, pesquisa e ensino.

Nas primeiras fases o estudante estuda basicamente matemática, física e informática. No decorrer do curso são oferecidas disciplinas como administração, economia, gestão e gerência da produção. Além disso, há matérias de

informática industrial, automação industrial, robótica e controle de processos.

Os estudantes são expostos ao cotidiano da profissão através da Empresa Júnior, do Estágio Curricular e do Projeto de Fim de Curso. Na Empresa Júnior os estudantes desenvolvem atividades semelhantes às de uma empresa normal, como a automatização de processos industriais. A partir da sétima fase, os estudantes podem realizar um estágio de no mínimo 500 horas em uma empresa da área. Na décima fase o estudante tem apenas que fazer o Projeto de Fim de Curso, que é em geral realizado numa indústria, no Brasil ou no exterior. Muitos estudantes acabam sendo contratados, ao final do curso, pelas empresas onde fizeram seu Projeto ou estágio.

### **Engenharia de Materiais – Diurno**

O curso prepara profissionais para setores que vão desde a indústria automobilística, cerâmica, aeroespacial, até o setor eletrônico e de telecomunicações. Durante o curso, o estudante realiza seis estágios obrigatórios, de 15 semanas cada, todos remunerados. As empresas oferecem vagas nas três grandes áreas da Engenharia de Materiais (cerâmica, metais e polímeros) e o estudante deve fazer, pelo menos, um estágio em cada grande área. Durante o período de trabalho, ele recebe duas visitas de um professor e é supervisionado por um funcionário da indústria que faz uma avaliação do seu desempenho.

O estudante passa os quatro trimestres iniciais na universidade e, a partir da quinta fase, realiza o primeiro estágio. Depois disso alterna um semestre numa indústria e um na UFSC, até a formatura. Este contato com o mercado de trabalho proporciona ao estudante uma experiência equivalente a dois anos de trabalho. Além das funções que desempenhará no futuro, o estudante sairá conhecendo as



relações de trabalho, disciplina, hierarquia. O período letivo vai da primeira semana de fevereiro até a terceira semana de dezembro, permitindo um calendário com três trimestres de 14 semanas por ano, ao invés dos tradicionais dois semestres.

### **Engenharia de Produção Civil – Diurno**

### **Engenharia de Produção Elétrica – Diurno**

### **Engenharia de Produção Mecânica – Diurno**

A UFSC oferece três distintos cursos de Engenharia de Produção: Produção Civil, Produção Mecânica e Produção Elétrica, todos diurnos com eventuais disciplinas no período noturno. Forma profissionais que, além de terem habilitações e capacitação técnica para desenvolver trabalhos tradicionalmente realizados pela área (civil, mecânica ou elétrica) escolhida, também desempenham funções gerenciais e de liderança administrativa em todos os níveis de organização.

Durante o curso, o estudante cursa as disciplinas básicas da área de engenharia correspondente e matérias específicas da Engenharia de Produção, como gerência de produção (organização da produção, *Kanban*, *just-in-time*, sistemas flexíveis), engenharia de produto (novos produtos, ergonomia, análise de valor), gestão de qualidade e produtividade (qualidade total, qualidade de projeto, análise funcional, análise de desempenho), gestão de pequenas e médias empresas, engenharia econômica, (análise de projetos industriais, planejamento estratégico, engenharia de avaliação, inovação tecnológica) e gerenciamento de projetos. Dentro desse contexto, o engenheiro de produção é preparado para ter uma visão

sistemática da empresa e de projetos, tornando-se capacitado para tomar decisões.

### **Engenharia Elétrica – Diurno**

Nos dois primeiros anos de curso, os estudantes estudam matemática e física, além dos fundamentos da engenharia elétrica, como cálculo, física, eletricidade e desenho técnico. Também são oferecidas matérias voltadas para o dia a dia da profissão, como microprocessadores, sistemas digitais e mecânica. Na oitava fase o estudante decide qual especialização vai fazer, de acordo com as afinidades e com as necessidades do mercado. São oferecidas seis áreas, das quais o estudante deve escolher no mínimo quatro: Sistemas de Energia, Eletrônica, Eletrônica de Potência e Acionamentos, Telecomunicações, Controle e Processamento de Sinais e Gestão Empresarial. Uma peculiaridade do curso é a figura do Orientador Acadêmico, um professor que auxilia o estudante em todo o período da graduação, em esclarecimentos sobre o currículo, na escolha das áreas de especialização e disciplinas optativas e no aconselhamento sobre o momento ideal para a realização de um projeto ou um estágio. Os estudantes também possuem, à sua disposição, dez laboratórios de ensino com equipamentos atualizados para qualificar a formação profissional. O laboratório de eletromagnetismo e compatibilidade eletromagnética é um dos poucos existentes no Brasil.

Depois de formado, o engenheiro eletricitista poderá atuar em projetos de instalações elétricas industriais, residenciais e comerciais, projeto e desenvolvimento de máquinas elétricas, acionamentos elétricos, eletrônica industrial, telecomunicações, eletrônica (circuito integrado, processamento de sinais), geração, transmissão e

distribuição de energia, sistemas de controle e gestão empresarial entre outros.

### **Engenharia Eletrônica – Diurno**

O curso é dividido em dois módulos, o de Bacharelado em Ciências Eletrônicas, com duração de três anos, e o de Engenharia Eletrônica, com duração de mais dois anos. O primeiro módulo, constituído essencialmente de disciplinas de ciências básicas como física, matemática e computação assim como de outras de introdução à engenharia eletrônica, fornece a base fundamental da área de eletrônica, permitindo ao estudante aprofundar seus estudos ou entrar diretamente no mercado de trabalho. Já o segundo módulo fornece a complementação da área de tal forma que o egresso tenha uma formação de engenheiro.

As oportunidades para os egressos do curso apresentam-se em áreas do governo, especialmente as ligadas à ciência e tecnologia, indústria, comércio e serviços, além de acesso a programas de pós-graduação de boa qualidade, no país ou no exterior. O objetivo da formação de largo espectro nas ciências básicas dará condições para que os egressos do curso contribuam não apenas com melhor qualidade de mão de obra, mas também com a geração de empregos de alto nível através da criação e estabelecimento de empresas de tecnologia de ponta.

### **Engenharia Mecânica – Diurno**

O engenheiro mecânico tem como principal desafio analisar, modelar e solucionar problemas nas áreas clássicas da Engenharia Mecânica, como processos de fabricação, automação e robótica, sistemas térmicos e sistemas mecânicos. Também atua de forma

interdisciplinar em áreas de engenharia aeroespacial, automobilística, naval, oceânica, química, ambiental, metalúrgica, petrolífera e de materiais, entre outras. Entre as atividades mais comuns está o envolvimento em projetos de máquinas de transformação da matéria-prima em um produto, no desenvolvimento de máquinas, na solução de problemas com transporte de massa e energia, na pesquisa científica e na docência.

Para atingir este perfil profissional, o estudante começa estudando física, química, matemática, desenho e informática. Na sequência, estuda conteúdos próprios da Mecânica como termodinâmica, mecânica dos sólidos, mecânica dos fluidos, materiais de construção mecânica, elementos de máquinas, sistemas hidráulicos e pneumáticos, aerodinâmica, trocadores de calor, processos de fabricação, soldagem, vibrações e acústica, robótica, automação e controle, veículos, bombas, motores de combustão interna, projeto de produto, entre outros. O curso ainda capacita o estudante para a convivência profissional com a informática, com a forte utilização do computador nos estudos e projetos. No final do curso, o estudante deve realizar estágio em empresas da área, ou mesmo nos laboratórios da universidade.

### **Engenharia Química – Diurno**

O engenheiro químico pode atuar no setor de processos da indústria química ou petroquímica e na elaboração de projetos em unidades produtivas, além de trabalhar nas áreas de materiais, alimentação, computação, ambiental entre outras. Na área ecológica, é responsável por pesquisar o grau de poluição do meio ambiente através de análises químicas na água e do controle de gases na atmosfera.

Para formar profissionais com esta qualificação, o curso elaborou um currículo abrangente que focaliza os princípios da profissão. Na primeira fase, são ministradas disciplinas básicas, como física, química, cálculo, matemática e introdução à engenharia química. Em seguida, o estudante estuda matérias específicas do curso. São exemplos: Termodinâmica, Fenômenos De Transferência, Cálculo De Reatores, Engenharia Bioquímica, Análise E Simulação De Processos, Engenharia Ambiental E Indústrias Químicas. Na décima fase, o estudante faz um estágio em alguma empresa, para ter contato com o dia a dia da profissão.

### **Engenharia Sanitária e Ambiental – Diurno**

Nos dois primeiros anos de curso são ministradas principalmente disciplinas básicas da Engenharia, como física, cálculo, geometria descritiva, geometria analítica, álgebra linear, química básica, e matemática. A formação específica começa a partir da quarta fase, quando o estudante cursa matérias sobre construção de obras e saneamento, qualidade da água, tratamento e distribuição de água, tratamento e coleta de esgoto doméstico e industrial, gestão e tratamento de resíduos sólidos, controle de poluição atmosférica e drenagem urbana. Também são oferecidos laboratórios para as aulas práticas, onde os estudantes conhecem as diversas subáreas da profissão. Na última fase, o estudante faz um estágio fora da universidade.

Durante o curso o estudante aprende a conservar a qualidade da água e do solo, a tratar dos problemas de esgotos doméstico e industrial, dos resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares, da poluição atmosférica e a planejar os recursos hídricos. O engenheiro sanitário e ambiental também pode atuar na avaliação de

impactos ambientais, na drenagem urbana e rural, no controle da qualidade e gestão ambiental, na coleta e no tratamento de efluentes líquidos e atmosféricos, entre outros setores. O mercado de trabalho está em expansão, motivado pela conscientização para a importância da qualidade do meio ambiente e pelas normas internacionais que exigem de empresas exportadoras a preservação da natureza.

### **Sistemas de Informação – Noturno**

O nível de informatização cada vez mais elevado da sociedade contemporânea faz com que as empresas, indústrias e organizações necessitem de profissionais que, além de dominar os recursos existentes, sejam capazes de criar opções de tratamento da informação. O curso de forma profissionais que atendem a esse perfil, com total domínio sobre concepção, construção e manutenção de sistemas informatizados.

O currículo do curso propicia uma formação básica nas áreas de programação e estrutura de dados. Além disso, oferece uma formação geral nas áreas de arquitetura de computadores, matemática discreta e lógica, teoria de sistemas e administração e organização de empresas. Também abrange as principais tecnologias atuais, com ênfase em Engenharia de Software, Banco de Dados, Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos. Em paralelo, o currículo estimula o empreendedorismo e oferece estágios. O uso intensivo de laboratórios também permite a vivência prática dos conhecimentos adquiridos.

O profissional formado está apto a atuar em organizações de qualquer natureza como projetista e desenvolvedor de sistemas, consultor em tecnologia da informação ou administrador/gerente de redes, de bancos de dados e de centros de informação.

## **Centro de Comunicação e Expressão – CCE**

### **Artes Cênicas – Bacharelado Noturno**

O curso oferece uma formação a partir de quatro eixos: dramaturgia, atuação, direção teatral e arte da performance, e está sustentado pelas seguintes esferas de aprendizado: a teoria, a experiência, a técnica e a criação artística, de modo interligado. O embasamento do ator, do *performer*, do diretor e do dramaturgo compreende o conhecimento diacrônico das artes cênicas, de experiências artísticas relevantes nesse domínio, assim como a abordagem de teorias e práticas sobre drama, representação, encenação, estética e arte, desde uma perspectiva tradicional à contemporânea. A parte conceitual está vinculada à vivência prática nas diversas áreas de estudo: voz, corpo, formas animadas, improvisação, cenografia, maquiagem, performance, atuação, dramaturgia, direção. O curso pretende a formação de profissionais criativos para atuar como atores, diretores, dramaturgos, pesquisadores, críticos teatrais, *performers*, assessores culturais, entre outras atividades – de um artista capaz de realizar uma arte crítica, intervindo no seu contexto social.

### **Cinema – Bacharelado Diurno**

O curso, com ênfase em teoria, crítica e roteiro, é o único oferecido em universidade pública em Santa Catarina. O estudante adquire conhecimentos sobre criatividade, estética, planejamento e técnicas de produção, história do cinema e princípios teóricos necessários à sua crítica. O ensino é direcionado para a compreensão do cinema

enquanto linguagem, expressão artística, produção econômica e fenômeno cultural. Através da realização de cinema digital, os estudantes têm a constante oportunidade de colocar em prática os conhecimentos sobre a técnica, a teoria do cinema e a criação de roteiro, realimentados pela atividade de crítica cinematográfica.

O campo de trabalho na área do cinema é muito abrangente, voltado à realização, à distribuição, à exibição, à crítica, à implantação de políticas culturais, à elaboração de projetos audiovisuais e à pedagogia do cinema, as atividades práticas desenvolvidas têm funcionado de forma bastante efetiva para o ingresso no mercado de trabalho. O profissional de Cinema pode vincular-se às produtoras de conteúdo audiovisual, emissoras de televisão, setores de comunicação e marketing de empresas, órgãos públicos, cinema publicitário e à cadeia de distribuição e exibição.

### **Design – Bacharelado Diurno ou Noturno**

O curso tem uma estrutura sólida voltado para o estudante montar sua formação de acordo com suas habilidades e competências descobertas, muitas vezes, durante o curso. O curso compreende uma estrutura organizacional livre entre as formações, na qual as disciplinas de projeto devem ser as norteadoras da formação dos acadêmicos.

As disciplinas de projeto não terão “vida” isolada e apenas serão cursadas em conjunto com mais três disciplinas em requisito paralelo. Essas disciplinas de requisito paralelo darão sustentação ao projeto e seus três docentes serão os responsáveis pelo funcionamento, gerenciamento e atribuição de avaliação do projeto realizado pelo estudante, que deve conter informação de todas elas para um completo entendimento do curso.

Para integralizar o curso, o estudante deverá cursar as disciplinas introdutórias, as obrigatórias gerais, os projetos



(com seus requisitos paralelos), a carga horária de disciplinas eletivas do curso, realizar o estágio obrigatório e elaborar seu Projeto de Conclusão de Curso. O estudante deve sempre solicitar ao seu tutor qual a melhor organização para a realização das mesmas.

### **Jornalismo – Diurno**

O curso oferece formação para atuar como repórter, fotógrafo, diagramador, redator ou editor de jornais, revistas, rádio, TV, *internet*, agências de notícias e assessorias de imprensa. Desde as primeiras fases do curso, o estudante tem contato com a prática jornalística em disciplinas técnicas ministradas em laboratórios como radiojornalismo, telejornalismo, fotojornalismo, redação, jornalismo *on-line* e infografia.

A estrutura curricular conta com várias disciplinas teóricas, que têm como objetivo fundamentar a prática profissional: ética jornalística, estética e cultura de massa, teoria e metodologia de pesquisa em comunicação, assessoria de imprensa, políticas de comunicação e teoria da comunicação e do jornalismo são algumas delas. O curso mantém convênios com empresas privadas e entidades corporativas que possibilitam a aproximação entre profissionais e estudantes.

Grande número de estudantes exerce atividades de extensão como forma de experimentar a prática ainda durante a graduação. Pode-se participar de projetos nas diversas áreas do jornalismo: em rádio, o estudante tem voz na emissora virtual do curso, a Rádio Ponto UFSC. Na área de *internet*, os estudantes produzem notícias para o site Cotidiano, que traz matérias sobre a UFSC e sobre o ensino superior brasileiro. O jornal laboratório Zero é outra possibilidade de prática da atividade jornalística durante a graduação. O curso dispõe ainda de estúdios profissionais

de TV e rádio, laboratório de fotografia, infografia, *internet*, e redação, além do Laboratório de Novas Mídias, onde são realizadas experiências com novos recursos tecnológicos de comunicação.

**Letras – Alemão – Bacharelado / Licenciatura Diurno**

**Letras – Espanhol – Bacharelado / Licenciatura Diurno**

**Letras – Francês – Bacharelado / Licenciatura Diurno**

**Letras – Inglês – Bacharelado / Licenciatura Diurno**

**Letras – Italiano – Bacharelado / Licenciatura Diurno**

Durante os cursos, o estudante estuda a língua, a literatura e a cultura dos países onde as línguas são faladas. Sua formação passa a ser direcionada a partir da quinta fase, quando ele deve decidir pela licenciatura, caso queira atuar no ensino, ou pelo bacharelado, que o habilita para a pesquisa. Na licenciatura, o estudante ainda deve realizar um estágio obrigatório de prática de ensino, em escolas de rede pública e privada. No Bacharelado, as disciplinas são voltadas para a pesquisa, o que, no final do curso, auxiliará na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

O profissional formado pode lecionar no ensino médio e fundamental, além de poder atuar em cursos pré-vestibulares e em escolas especializadas em idiomas. O campo de trabalho ainda abrange a área de intérprete em reuniões e conferências, a tradução de textos técnicos e literários, a revisão e preparação de textos e a pesquisa teórica da Literatura e da Linguística.

**Letras – Língua Brasileira de Sinais (Libras)  
Bacharelado Diurno**

**Letras – Língua Brasileira de Sinais (Libras)  
Licenciatura Diurno**

No curso o estudante estuda a língua, a literatura e a cultura da comunidade surda do Brasil e de outros países. Sua formação deverá ser direcionada já no ato de inscrição, momento em que o estudante deve optar por licenciatura, caso queira atuar no ensino, ou pelo bacharelado, caso queira atuar como tradutor/intérprete. Na licenciatura, o estudante deve realizar um estágio obrigatório de prática de ensino, em escolas de rede pública e privada. No bacharelado, deve realizar estágios na prática de tradução/interpretação em diversos contextos, com ênfase particular no contexto educacional.

O profissional formado em licenciatura poderá lecionar como professor de libras como primeira língua para surdos nos Ensinos Fundamental e Médio, ou como professor de libras como segunda língua para ouvintes desde o nível fundamental até o nível superior de ensino (em particular, nos cursos de licenciatura de todo o país, que são obrigados a oferecer aulas de libras). Além disso, um professor de libras poderá também atuar em instituições especializadas no ensino da libras, como, por exemplo, federações e associações de surdos. Já o profissional formado em bacharelado poderá atuar como intérprete em salas de aula, em reuniões e conferências, na tradução de textos técnicos e literários e na revisão e preparação de textos.

**Letras – Português – Bacharelado / Licenciatura Diurno****Letras – Português – Bacharelado / Licenciatura Noturno**

O curso tem como objetivo formar profissionais (professores e bacharéis) competentes em termos de (in)formação e autonomia, capazes de lidar de forma sistemática, reflexiva e crítica com temas e questões relativos a conhecimentos linguísticos e literários, em diferentes contextos de oralidade e escrita. O curso contempla três grandes áreas de ensino: Língua Portuguesa/Linguística; Literatura (Portuguesa, Brasileira, Teoria Literária); e Latim (Língua e Literatura).

Na metade do curso, o acadêmico decide por sua habilitação: bacharelado ou licenciatura. A formação do bacharel será acompanhada por um professor-orientador que encaminhará o estudante à frequência de disciplinas que darão suporte à sua habilitação específica, mais centrada em optativas que contribuam para uma linha de pesquisa por ele escolhida. No último ano do curso, o bacharel desenvolve um projeto de pesquisa e escreve um Trabalho de Conclusão de Curso. O bacharel pode atuar profissionalmente em atividades como revisão de textos, consultorias e assessorias em projetos de natureza pedagógica e de trabalhos com textos.

A formação do licenciado é realizada através de disciplinas direcionadas ao ensino e de estágios em escolas de Ensino Fundamental e Médio. Ao final de cada estágio, o estudante apresenta relatório de suas experiências de prática de ensino.

**Centro de Ciências Jurídicas – CCJ**

## **Direito – Diurno**

## **Direito – Noturno**

O curso tem como finalidade proporcionar conhecimento técnico, visão crítica e consciência social e política. Os estudantes podem desenvolver atividades de pesquisa em um Programa Especial de Treinamento ou ainda participar de pesquisas coordenadas pelos professores.

Para obter o título de bacharel em Direito, o estudante tem que cumprir, além da carga horária curricular obrigatória, 288 horas-aula em disciplinas optativas, 380 horas em atividades de estágio e 288 em atividades complementares (atividades de pesquisa e extensão, cursos e estágios extracurriculares e representação estudantil). Graças a um convênio entre a UFSC e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, os estudantes contam, desde 1993, com um fórum instalado na própria universidade.

As disciplinas do curso incluem uma forte base humanista, que alia a necessidade de uma formação dogmática e prática a uma formação voltada para o desenvolvimento de uma cidadania realmente consciente e participativa. O curso foi um dos primeiros no Brasil a implantar o Trabalho de Conclusão de Curso e também um dos primeiros a exigir uma carga horária mínima de atividades complementares para obter a graduação. As atividades de estágio curricular são desenvolvidas no Escritório Modelo de Assistência Jurídica, que presta assistência jurídica à comunidade carente e existe há mais de 20 anos.

**Centro de Ciências Agrárias – CCA**

### **Agronomia – Diurno**

O estudante estuda disciplinas básicas, específicas e de administração rural. Nos três primeiros semestres do curso são oferecidos os conteúdos fundamentais: matemática, física, química e biologia. Ainda neste período são estudadas matérias mais específicas, como climatologia e introdução à agronomia, que preparam para a parte profissionalizante do curso. Esta etapa começa na quarta fase, com as disciplinas de topografia, estudo dos solos, mecanização agrícola, entomologia e fitopatologia, entre outras. Na quarta e na décima fase, os estudantes fazem estágios. O da quarta fase é conhecido como “estágio de vivência”: o estagiário passa um mês numa pequena propriedade rural para ter uma noção clara da profissão. Como se situa num dos poucos estados brasileiros onde predomina a agricultura familiar, a possibilidade de oferecer conteúdos a respeito deste tipo de estrutura fundiária é uma peculiaridade do curso. O estágio da décima fase é uma experiência do cotidiano da profissão e pode ser realizado em empresas, instituições governamentais ou qualquer tipo de propriedade rural.

O curso prepara a formação de um profissional dedicado à preservação do meio ambiente e da qualidade biológica, que atuará no processo de produção e manejo da agricultura, além de áreas florestais e criação animal. O agrônomo também pode prestar assessoria e consultoria, realizar serviços de topografia, além de certificar produtos e trabalhar na pesquisa e extensão em órgãos governamentais.

### **Ciência e Tecnologia de Alimentos – Diurno**

O curso visa abranger todas as áreas das ciências agrárias (fisiologia animal, fisiologia vegetal, botânica). É um

curso multidisciplinar, com a participação de outros centros da UFSC, como o Centro de Ciências Biológicas (anatomia humana, fisiologia humana, histologia, biologia celular, bioquímica, genética), o Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (química, física e matemática) e o Centro de Ciências da Saúde (nutrição).

Os estudantes têm acesso a 18 laboratórios de ensino e pesquisa e conta com uma usina-piloto de proces processamento de alimentos onde os aprendem as operações unitárias de fermentação, desidratação, defumação, refrigeração, congelamento, enlatamento, esterilização para obtenção de produtos derivados de leite, carnes, pescado, frutas, hortaliças, óleos, amido e cereais.

O curso forma profissionais especializados em alimentos, sob os aspectos científicos, tecnológicos, bioquímicos, higiênico-sanitários, sensoriais e nutricionais; com a capacidade de identificar problemas e formular soluções para atuar na cadeia produtiva agroalimentar, desde a fazenda produtora, em matérias primas, até a mesa do consumidor.

### **Engenharia de Aquicultura – Diurno**

O curso é dividido em cinco grandes áreas. Na primeira, chamada de Bloco Comum, que dura as primeiras duas fases, o estudante tem aulas de física, química e matemática. A partir do terceiro semestre tem disciplinas das áreas Socioeconômica, de Meio Ambiente, de Aquicultura e de Engenharia. As aulas são ministradas no Centro de Ciências Agrárias e nos laboratórios do Centro de Maricultura, na Barra da Lagoa. Também fazem parte do currículo viagens de estudo a diferentes empreendimentos de aquicultura de Santa Catarina ou outros estados. Além disso, na quinta e na nona fase, todos

os estudantes passam por um estágio em empresas com supervisão de profissionais.

A UFSC é a única universidade brasileira que oferece o Curso de Engenharia de Aquicultura. Ele forma profissionais no cultivo de moluscos, peixes, crustáceos e plantas aquáticas. Oferece amplo conhecimento de biologia, sistemas e tecnologias de cultivo dos organismos aquáticos, engenharia, economia e administração. O Engenheiro de Aquicultura pode se dedicar diretamente às fazendas de cultivo, empresas de consultorias e projetos, órgãos públicos e institutos de pesquisa e extensão.

### **Zootecnia – Diurno**

O zootecnista estará habilitado para atuar no planejamento e na administração técnica de sistemas de produção animal, priorizando processos que visem à obtenção de produtos de qualidade, com valor agregado e de mercado, respeitando o bem-estar dos animais e o ambiente. Ele deverá ser um agente de desenvolvimento, empreendedor, difusor e gerador de tecnologias referentes à criação, melhoramento, manejo, alimentação, comportamento, bem-estar e profilaxia sanitária das diferentes espécies de animais domésticos de interesse zootécnico.

### **Centro de Ciências Biológicas – CCB**

#### **Ciências Biológicas – Bacharelado / Licenciatura Diurno**

#### **Ciências Biológicas – Licenciatura Noturno (com atividades complementares no período diurno)**



Durante o curso, o estudante tem contato com diversas áreas biológicas, tais como Biologia Celular, Embriologia, Genética, Bioquímica, Botânica, Fisiologia, Parasitologia, Morfologia, Ecologia, Zoologia, Microbiologia, Imunologia e Farmacologia. A partir do quinto semestre o estudante escolhe cursar o Bacharelado ou a Licenciatura.

O estudante se forma bacharel após nove semestres, e está qualificado para trabalhar com prestação de serviços, executar projetos e realizar pesquisas científicas em vários setores da Biologia, como preservação, saneamento, melhoria e conservação da qualidade ambiental, biotecnologia, etc. O Centro de Ciências Biológicas possui vários laboratórios que realizam pesquisa de ponta e que oferecem ótimas possibilidades de realização de estágios de Iniciação Científica que em muito contribuem para a formação do bacharel. Depois de formado o biólogo pode orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas ou realizar perícias e emitir laudos e pareceres técnicos.

O egresso licenciado está apto a ser professor e atuar em escolas de Ensino Fundamental e Médio. O estudante que cursar a licenciatura terá em torno de 1000 horas/aula de formação em disciplinas pedagógicas, além de práticas pedagógicas como componente curricular ao longo de todo o curso. Além das disciplinas pedagógicas, o estudante que optar pela Licenciatura, também fará o seu Trabalho de Conclusão de Curso e cursará a maioria das disciplinas em comum com o bacharelado. Desta forma, o licenciado pode exercer todas as funções do bacharel, além da habilitação para o ensino formal.

## **Centro de Ciências Físicas e Matemáticas – CFM**

### **Física – Bacharelado Diurno**

### **Física – Licenciatura Noturno**

No início do curso os currículos, tanto da licenciatura quanto do Bacharelado, Estão Baseados Em Disciplinas Básicas Como Física Geral, Cálculo E Química, Sempre Acompanhadas Da Prática Nos Laboratórios. O estudante do bacharelado poderá, ao final do curso, desenvolver um projeto de pesquisa junto aos grupos pesquisadores já existentes no departamento. O estudante da licenciatura terá disciplinas específicas sobre o ensino da Física e fará estágio nas escolas de Ensino Médio e Fundamental. O estudante pode cursar as disciplinas dos dois cursos, já que o bacharelado é à tarde e a licenciatura à noite. Assim, o estudante obtém o diploma na habilitação escolhida no vestibular e, depois de formado, pode solicitar ao departamento de Física um pedido de retorno de graduado. Então, validará as disciplinas já cursadas da outra habilitação e obterá um segundo diploma.

O campo de trabalho para o físico é amplo. A graduação permite que o profissional encontre empregos tanto na Medicina, atuando em áreas como a ultrassonografia e a radiação, quanto na indústria, trabalhando no desenvolvimento de produtos e máquinas. A formação em Física dá um amplo conhecimento em matemática e computação, o que expande as opções de emprego para trabalhar, por exemplo, com processamento de dados.

### **Matemática – Licenciatura Diurno**

### **Matemática – Licenciatura Noturno**

O objetivo do curso de licenciatura é formar professores de matemática do Ensino Fundamental e Médio. Para tanto, o

currículo oferece uma sólida formação matemática e didático-pedagógica, a fim de formar um professor capaz de contextualizar conceitos e criar abordagens de conteúdos. Além das disciplinas obrigatórias, o estudante também pode estudar outras disciplinas que o habilitem em Desenho para Ensino Fundamental e Médio e em Física para o Ensino Médio. Ao final do curso, é obrigatório o estágio supervisionado, que permite ao estudante vivenciar os problemas que enfrentará em sala de aula.

### **Matemática e Computação Científica – Bacharelado Diurno**

O curso tem por objetivo formar profissionais capazes de refletir sobre os conceitos da Matemática, desenvolver novas teorias e demonstrar resultados que levem avante o conhecimento científico.

Além da vida acadêmica, o bacharel pode trabalhar em institutos de pesquisa ou empresas onde existam problemas de matemática para os quais o uso do computador seja uma ferramenta imprescindível para a resolução. Apesar de o candidato escolher já no formulário de inscrição do vestibular qual habilitação deseja cursar, tanto bacharelado em Computação Científica quanto a licenciatura fazem parte do curso de Matemática.

### **Meteorologia – Diurno**

O curso é estruturado tendo como disciplinas das primeiras fases aquelas que proporcionarão a base do conhecimento para a compreensão dos processos atmosféricos complexos: física, cálculo e computação. Nas fases posteriores os conhecimentos de termodinâmica são aplicados para estudar a formação e desenvolvimento das

nuvens e da precipitação; a física da radiação, para compreender as estruturas térmicas da atmosfera e o estabelecimento de métodos para observação e medidas dos fenômenos atmosféricos; os princípios da dinâmica dos fluidos são estudados visando o entendimento da movimentação dos sistemas meteorológicos que determina o tempo e o clima em todas as escalas. Todos esses processos são diagnosticados via ampla utilização de técnicas computacionais.

Os meteorologistas são requisitados em diversos setores das atividades humanas que utilizam informações sobre o tempo e o clima: defesa civil, agricultura, aviação e navegação (civil e militar), setor energético e de gerenciamento de recursos hídricos, estudos de impacto ambiental e controle de poluentes, planejamento comercial e econômico, setor de seguros, apoio à organização de atividades de turismo, esporte e de espetáculos.

### **Química – Bacharelado e Bacharelado com habilitação em Química Tecnológica Diurno**

#### **Química – Licenciatura Diurno**

Na licenciatura são abordados conteúdos voltados para a formação de professores para o Ensino Médio. Entre as disciplinas estão: organização escolar, ensino de química, estratégias e instrumentos para o ensino de química, ambientes para aulas experimentais de química, metodologia de ensino, psicologia educacional, língua brasileira de sinais e didática. O curso oferece uma formação completa nos aspectos fundamentais de todas as áreas da Química e proporciona ao formando o domínio das técnicas básicas de laboratório.

No bacharelado, existe a preocupação de formar um profissional capaz de realizar atividades de pesquisa em centros industriais ou acadêmicos. O curso oferece ao estudante, uma forte formação teórica e prática que habilita o bacharel para desempenhar-se como pesquisador. A continuação dos estudos em cursos de pós-graduação, principalmente o doutorado, permite lecionar em Universidades ou centros de pesquisa.

O bacharel em Química Tecnológica é qualificado para atuar no desenvolvimento de produtos e processos na área de química tecnológica, principalmente na área de química fina, uma área que se dedica a produtos mais elaborados como catalisadores, corantes, aditivos alimentares, fármacos, etc. O currículo desta habilitação compreende conteúdos específicos como indústrias químicas, introdução aos processos químicos, tecnologia das fermentações, química fina e aplicada, economia e organização industrial e microbiologia industrial. Este curso forma profissionais destinados primordialmente à atividade industrial.

## **Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH**

### **Antropologia – Bacharelado Diurno**

O curso estará voltado para o conhecimento sistemático e aprofundado das práticas e dos valores culturais dos coletivos humanos – grupos sociais diferenciados, minorias, comunidades rurais, povos indígenas, dentre outros – através de uma forte capacitação teórico-metodológica voltada para a definição e a realização de pesquisas empíricas. Os princípios gerais que regem o curso são: a forte articulação entre ensino e pesquisa, a ênfase em atividades de aprofundamento, através de articulações com disciplinas optativas, e uma grade

curricular bastante flexível, com envolvimento do estudante na escolha das opções.

O Curso pretende oferecer os fundamentos para a formação de profissionais capacitados a atuarem em pesquisas junto a ONGs, institutos de pesquisa, órgãos públicos, ou em atividades de consultoria, assessoria, ou como agentes e gestores de políticas públicas.

### **Ciências Sociais – Bacharelado / Licenciatura Diurno**

### **Ciências Sociais – Bacharelado / Licenciatura Noturno**

O curso está orientado pelo princípio pedagógico de formar as novas gerações para sua capacitação analítica, interpretativa e intervenção junto à realidade social. O egresso do curso de Ciências Sociais, licenciado ou bacharel, deverá estar habilitado a refletir criticamente sobre a complexidade da vida social, sua dinamicidade, a diversidade entre as culturas e as relações entre sociedades. Nesse sentido, também examinará o próprio conhecimento, igualmente produto social, cultural, político e histórico. Tal compreensão e conhecimento sobre a vida social resultam de uma formação que enfatiza a conexão e a interdependência, necessárias, entre teoria e pesquisa empírica, entendendo-se que o avanço do conhecimento teórico é produzido através da própria pesquisa empírica, que por sua vez, pauta suas questões, problemas e hipóteses nos conhecimentos teóricos já acumulados.

Além dessas habilidades, o egresso da licenciatura deve possuir – e refletir sobre – os instrumentos pedagógicos que o habilitam a transmitir, nos níveis de ensino básico e superior, formas de compreensão sobre a vida social, contribuindo para a formação de indivíduos que reflitam crítica e criativamente sobre sua existência como cidadãos.

## **Filosofia – Bacharelado / Licenciatura Noturno**

### **Filosofia – Bacharelado / Licenciatura Diurno**

Por meio do estudo das diversas doutrinas filosóficas e o debate acerca das mesmas, o estudante de Filosofia é preparado para o trabalho intelectual e acadêmico que busca dar uma resposta aos interrogantes filosóficos sobre a condição humana. Para obter a licenciatura, o estudante deve também cursar disciplinas pedagógicas e realizar um estágio supervisionado.

### **Geografia – Bacharelado / Licenciatura Diurno**

### **Geografia – Bacharelado / Licenciatura Noturno**

Durante a graduação, o acadêmico além das aulas presenciais em sala, realiza atividades nos diversos laboratórios, no planetário, práticas no campo e visitas técnicas. Além disto, poderá aprimorar seus conhecimentos como bolsista em projetos de pesquisa e extensão, ser monitor de disciplina já cursada, fazer estágio não-obrigatório, participar da mobilidade acadêmica em outra instituição federal de ensino superior cursando disciplinas curriculares a serem creditadas em seus históricos escolares e realizar intercâmbio em instituições conveniadas a UFSC.

O curso forma profissionais devidamente habilitados a desenvolver atividades de ensino, de pesquisa e de aplicação técnica, a partir de princípios, métodos e técnicas da Ciência Geográfica. Na licenciatura, forma profissionais para o magistério do Ensino Fundamental e

Médio. No bacharelado, forma profissionais para trabalhar em atividades de reconhecimento, levantamentos, estudos e pesquisas de caráter físico-geográfico e geoeconômico, realizações nos campos gerais e específicos da geografia. Formado, o profissional da Geografia, deverá possuir algumas habilidades, tais como: capacidade de ler e interpretar variados documentos (paisagens, fotografias, imagens aéreas e de satélites, mapas, gráficos, tabelas, textos, etc.); raciocínio analítico e sintético; mentalidade científica; espírito público; gosto e disponibilidade para os trabalhos de campo; visão crítica e analítica para as questões relacionadas aos processos de produção, planejamento e organização do espaço e da vida social (econômicas, políticas e culturais), bem dos processos naturais e ainda da relação entre estes e o meio social (questões ambientais).

### **Geologia – Bacharelado Diurno**

O curso prepara um profissional com melhor visão das interações do ser humano no meio ambiente, com conhecimento especializado para lidar com a magnitude dos processos geológicos e caracterizar as suas causas e consequências.

O geólogo tem papel estratégico na prevenção de acidentes naturais, atua nos estudos de potencialidade de uso e ocupação do meio físico (áreas agrícolas e urbanas) e na remediação de contaminações tanto do solo como da água subterrânea. A profissão do geólogo inclui ainda as atividades ligadas à investigação científica, que permitem obter informações sobre a evolução da Terra, sua composição e estrutura.

O mercado de trabalho é constituído por empresas petrolíferas, de perfuração de poços artesianos, de



engenharia civil e ambiental, de mineração e empresas estatais, além de instituições de ensino.

### **História – Bacharelado / Licenciatura Diurno**

### **História – Bacharelado / Licenciatura Noturno**

O curso oferece a possibilidade de conciliar os métodos e teorias clássicas às novas práticas para a produção de conhecimento e crítica social. Para isso, dispõe de um conjunto de disciplinas teórico-metodológicas, além do debate e formação sobre estas questões em todas as disciplinas ao longo do curso.

O estudante pode se formar, simultaneamente, em licenciatura e bacharelado, o que aumenta as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Depois de formado, o historiador pode trabalhar como professor do Ensino Médio e Fundamental. Também pode fazer pesquisas para instituições públicas e privadas, dar assessoria histórica para filmes e outros projetos, ou até mesmo trabalhar com o turismo cultural e em qualquer projeto onde a memória e o patrimônio sejam envolvidos. O historiador analisa criticamente as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais sob a ótica temporal. O estudante e o profissional de História devem ser indivíduos com espírito investigativo e habituado com leituras.

### **Museologia – Bacharelado Diurno**

O curso forma profissionais para o incremento da teoria museológica; o entrelaçamento de áreas acadêmico-científicas afins; a potencialização da política museológica

nacional, regional, estadual e municipal; a atuação junto a órgãos culturais e educacionais como museus, centros de memória, galerias de arte, órgãos governamentais ligados ao patrimônio cultural, instituições de ensino superior, institutos de pesquisa e outros; a sofisticação do gerenciamento de metodologias e técnicas nos campos de conservação, documentação e extroversão museológicas. O curso pretende garantir uma formação ao mesmo tempo sólida e ampla o suficiente para oferecer ao profissional não só a capacidade de desempenhar plenamente suas funções técnicas, mas também um aprofundamento teórico de sua formação e a possibilidade de atuação em pesquisa avançada na área.

O profissional museólogo tem como seus principais objetos de interesse o patrimônio cultural e as práticas de coleta, conservação, preservação e divulgação de bens culturais em acervos museológicos. Para a formação de profissionais com tal perfil, o curso direciona-se para uma formação consistente na área da Museologia, voltada para seu caráter interdisciplinar, enfatizando o diálogo com as áreas da Antropologia e da História, entendidas em seus sentidos amplos.

### **Oceanografia – Diurno**

O curso abrange, de modo integrado, diversas áreas associadas às Ciências do Mar, buscando formar profissionais possuidores de uma base conceitual sólida e também conhecedores dos instrumentais metodológicos necessários à compreensão das relações de interação entre os processos do meio físico e biológico. Busca-se estimular os estudantes a formular questões e buscar soluções para a compreensão do funcionamento dos oceanos como um todo e da zona costeira em especial. Espera-se, assim, contribuir para a formação de

profissionais críticos, com responsabilidade ambiental, social e econômica.

### **Psicologia – Bacharelado / Licenciatura Diurno**

O curso visa uma formação abrangente e generalista, de modo que o estudante tem a possibilidade de conhecer diferentes contribuições teóricas que embasam a prática profissional nas várias áreas e campos de atuação da Psicologia. Da primeira à sexta fase os estudantes cursam o núcleo básico, da sétima à décima fase cursam o núcleo profissionalizante. Os estudantes contam com disciplinas práticas desde o início do curso, através dos estágios introdutórios.

No núcleo profissionalizante o estudante realiza estágios com carga horária semanal intensa e tem a oportunidade de aprofundar seu conhecimento em, pelo menos, duas dentre as quatro ênfases ofertadas: saúde e processos clínicos; trabalho, organizações e gestão; escolar/educacional; processos comunitários e ações coletivas.

O curso conta com vários laboratórios, núcleos de pesquisa e com o Serviço de Atenção Psicológica (SAPSI), dentro da própria universidade. O SAPSI atende gratuitamente a comunidade local, onde os estudantes podem realizar estágios, pesquisas e extensões. Além do SAPSI, como campo de intervenção, o curso tem forte parceria e inserção nas instituições da região (escolas, hospitais, ONGs, empresas, etc.), atuando amplamente no processo de consolidação do novo modelo de saúde mental brasileiro.

**CAMPUS CURITIBANOS**

## **Agronomia – Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Rurais Integral**

O curso é composto de 10 semestres estruturados em diferentes núcleos. Do primeiro ao sexto semestre compõe-se o Núcleo de Conhecimentos Básicos e Profissionais, que confere ao estudante o diploma de bacharel em Ciências Rurais. Nesta etapa são oferecidas disciplinas como sociologia, cálculo, física, química e biologia, e outras mais específicas, como botânica, morfofisiologia vegetal e animal, tecnologias de produção de culturas, ciência do solo e topografia, além de disciplinas envolvendo o desenvolvimento e a produção sustentável. O Núcleo de Conhecimentos Profissionais Essenciais e Específicos vai do sétimo ao décimo semestre, com disciplinas mais aplicadas à área agrônômica e permite ao futuro egresso atuar na supervisão, coordenação, estudo e planejamento, assistência, assessoria, consultoria, vistoria, perícia, parecer, entre outras demandas, nas áreas de Engenharia Agrícola e Rural, Ciência do Solo, Tecnologia e Ciência de Alimentos, Fitotecnia, Manejo Integrado de Pragas e Doenças, Zootecnia, Ciências Florestais, Desenvolvimento Sustentável e Extensão Rural.

O curso tem como objetivo formar engenheiros agrônomos, com sólida formação técnica, científica, humanista e ética, que o habilite desenvolver projetos, tecnologias e soluções adequadas aos desafios da produção agropecuária, do manejo sustentável do ambiente, e da demanda mundial de produção de alimentos de qualidade. O turno de aulas é de segunda a sexta-feira nos períodos diurno, vespertino e eventualmente noturno e nos sábados no período diurno.

## **Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Rurais Integral**

O Curso de Ciências Rurais é um Bacharelado Interdisciplinar, caracterizado por possuir conteúdos distribuídos em temas como linguagens e códigos, ciências humanas, ciências exatas, ciências da natureza, ciências biológicas e ciências agrárias.

A estrutura acadêmica do curso de Ciências Rurais é concebida para formar bacharéis, em um período mínimo de três anos (seis semestres) e no máximo quatro anos e meio (nove semestres).

Ao finalizar o curso de Ciências Rurais o bacharel terá a oportunidade de optar pela continuação de sua formação, ingressando de forma direta nos cursos de Agronomia ou Engenharia Florestal, ou ingressando em programas de Pós-graduação da área de sua futura atuação profissional.

### **Engenharia Florestal – Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Rurais Integral**

O curso busca estimular ao profissional as funções de promover o desenvolvimento através do manejo e a utilização correta das florestas brasileiras; estimular o desenvolvimento social, envolvendo pequenas propriedades, extrativistas, e comunidades dependentes de sistemas naturais; além de contribuir para a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio ambiental através das atividades de pesquisa e investigação científica. O curso traz inovações na sua proposta pedagógica, sem comprometer as diretrizes básicas de formação do profissional. O Núcleo de Conhecimentos Básicos e Profissionais vai do primeiro ao sexto semestre conferindo-lhe o diploma de Bacharel em Ciências Rurais. O Núcleo de Conhecimentos Profissionais Essenciais e Específicos vai do sétimo ao décimo semestre que culmina na formação do Engenheiro Florestal.

## **Medicina Veterinária – Diurno**

O curso fornece ao estudante os conhecimentos para desenvolver ações voltadas à saúde animal, desenvolvimento de biotecnologias, produção animal e de alimentos de forma ambientalmente consciente.

Os estudantes formados estarão aptos para compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional, tais como: clínica e cirurgia veterinária; produção zootécnica, bem como direção das respectivas seções e laboratórios; perícias técnicas, com ênfase em defesa sanitária e produção de alimentos de origem animal; gestão junto às pequenas, médias e grandes empresas ou propriedades rurais e a saúde pública.

## **CAMPUS ARARANGUÁ**

### **Engenharia De Computação – Vespertino E Noturno**

O curso visa a aplicação da Ciência da Computação e o uso da tecnologia da computação na solução de problemas ligados a processos e serviços. Esses cursos se caracterizam pela utilização intensiva de conceitos de Física, Eletricidade, Controle de Sistemas, Robótica, Arquitetura e Organização de Computadores, Sistemas de Tempo-Real, Redes de Computadores e de Sistemas Distribuídos. Os egressos desses cursos podem potencialmente ser empreendedores e estar situados no estado da arte da ciência e da tecnologia da Computação e Automação, sendo aptos ao projeto de software e hardware.

## **Engenharia De Energia – Vespertino E Noturno**

O curso tem por base os campos de conhecimento de Engenharia Mecânica, Elétrica e de Controle, Ambiental, e das Ciências da Terra. De forma que caberá ao engenheiro de energia integrar tecnologias que reúnam componentes de todos esses campos do conhecimento.

A Engenharia de Energia é focada em gerar soluções para um grande desafio da atualidade que está relacionado com a produção, armazenamento, distribuição, uso da energia e os impactos associados a esses processos. Nesse contexto, energia deve ser entendida de forma ampla, e não somente, como energia elétrica. Precisamos de energia em nossas residências, escolas, hospitais, nos processos industriais, no transporte de cargas e passageiros, etc. Para obter energia nos locais e nas quantidades que precisamos, devemos conhecer as oportunidades que a natureza nos oferece, ou seja, precisamos conhecer e mapear os nossos recursos naturais. E precisamos estar cientes dos impactos gerados pela prospecção e uso dessa energia de forma a garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

## **Fisioterapia – Bacharelado Diurno**

O curso visa dotar o estudante de conhecimentos e de técnicas para o exercício da profissão no que tange à atenção à saúde no seu âmbito profissional, nas ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, por meio do pensamento crítico e reflexivo visando à solução de problemas e a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

A fisioterapia é uma profissão que vem adquirindo importância significativa, como interventora no processo de promoção, manutenção e recuperação das condições de saúde da população. Fica exemplificado sua participação nos campos da cardiologia, pneumologia, neurologia adulto infantil, pediatria, ortopedia, traumatologia, cirurgia, medicina desportiva, endocrinologia, dermatologia, ergonomia, reumatologia, doenças pulmonares, estética, geriatria, gerontologia e outras.

### **Tecnologias da Informação e Comunicação – Bacharelado Noturno**

O curso trata das aplicações da computação, promovendo a formação de recursos humanos com competências para utilizar, modelar e desenvolver soluções com tecnologias da informação e comunicação nos ambientes econômico, social e cultural. Estas tecnologias envolvem: programação em computadores, sistemas de informação, engenharia de software, aplicações com bancos de dados, aplicações para internet, geração e gestão de negócios, além de aplicações de tecnologias para educação e comunicação. Trata-se de um curso de bacharelado, interdisciplinar, estruturado em seis semestres com aulas de segunda a sábado.

### **CAMPUS JOINVILLE**

**Engenharias da Mobilidade: Bacharelado Interdisciplinar em Mobilidade; Engenharia Ferroviária e Metroviária; Engenharia Naval; Engenharia Aeroespacial; Engenharia Automotiva; Engenharia Mecatrônica; Engenharia de Infraestrutura; Engenharia de Transportes e Logística**



Todos os cursos oferecidos no *campus* de Joinville têm um ciclo básico de formação que, ao longo dos quatro primeiros semestres, compreende os fundamentos do Bacharelado Interdisciplinar em Mobilidade: matemática, física, desenho, química e computação. Após os quatro semestres, os alunos que concluírem os conteúdos desta etapa poderão realizar o Trabalho de Conclusão de Curso e obter o diploma de Bacharel Interdisciplinar em Mobilidade

O Bacharelado Interdisciplinar em Mobilidade é um curso superior de três anos, organizado para formar profissionais aptos a desenvolver atividades técnicas nas áreas de tecnologia veicular e de tecnologia de transporte, áreas que o estudante deverá optar após o segundo ano. A ordem de escolha para a ênfase desejada pelo estudante será através do melhor índice de aproveitamento acumulado.

O estudante que optar por um das sete modalidades da engenharia também cursará o ciclo básico de formação nos quatro primeiros semestres e então deverá focar, ao longo dos próximos três anos, no desenvolvimento de sistemas técnicos no campo veicular (Engenharia Ferroviária e Metroviária; Engenharia Naval; Engenharia Aeroespacial; Engenharia Automotiva; Engenharia Mecatrônica) ou no estudo de cenários e projetos para resolver problemas de infraestrutura, operação e manutenção de sistemas de transporte (Engenharia de Infraestrutura; Engenharia de Transportes e Logística).

## **CAMPUS BLUMENAU**

### **Engenharia de Controle e Automação**

O curso forma um profissional capaz de dominar todas as etapas do desenvolvimento de sistemas de controle e

automação de processos e manufaturas, bem como aplicar padrões de engenharia para especificação, dimensionamento e desenho funcional de dispositivos de controle automático de sistemas e unidades de produção, com capacidade para trabalhar em equipes multidisciplinares, possuindo larga base científica.

Alguns campos de atuação para engenheiros de controle e automação são o setor têxtil; prestação de serviços, como, por exemplo, na concepção de sistemas informatizados; cooperativas e incubadoras de cooperativas; serviços públicos: em processo de automação; refino e exploração de petróleo; química e petroquímica; mineração; aeronáutica; automação portuária; controle de tráfego.

### **Engenharia de Materiais – Diurno**

O curso visa formar engenheiros com potencialidades para atuar na indústria de transformação, na pesquisa, na consultoria, em atividades de desenvolvimento regional, inovação sociotécnica e em instituições de caráter público, podendo sua atuação acontecer nos seguintes setores: processos de transformação em setores industriais, comerciais, cooperativas, de serviços e outros; modernização, otimização do funcionamento e manutenção de unidades de produção; projeto e integração de sistemas de produção e transformação em empresas de engenharia; concepção e instalação de unidades de transformação; pesquisa científica e tecnológica; desenvolvimento de novos processos e produtos; empresas de base tecnológica; cooperativas, organizações sociais; tecnologias sociais; instituições de ensino, instituições públicas; etc.

### **Engenharia Têxtil**

Curso proposto em seu eixo específico da formação tecnológica, mas também na estreita conexão com relação ao desenvolvimento regional e à interação social. Proposta que permite a formação de um profissional apto a perceber problemas e negociar soluções inovadoras para o setor têxtil, assim como encontrar na relação problema/solução oportunidades que poderão constituir novos negócios e/ou desenvolvimento socialmente inclusivo. A identificação de oportunidade e elaboração de projetos de solução focado nos diferentes segmentos sociais, desde o nicho familiar, prefeituras, microempresas, ONGs, médias e grandes empresas, constituirá um vetor de desenvolvimento social, voltado para todas as realidades.

O egresso será capacitado para atender a todos os elos da rede sociotécnica da área têxtil (da matéria prima ao produto têxtil acabado, compreendendo deste a produção das fibras têxteis e outras matérias primas correlatas, passando pelas diversas fases de transformação, até a comercialização, marketing e assistência técnica de produtos têxteis, máquinas e produtos químicos destinados a este setor). Deve também atender às necessidades das diversas áreas onde a organização, a qualidade, a produtividade e a criatividade são essenciais.

### **Matemática Licenciatura – Noturno**

O curso deve assegurar aos seus estudantes, a partir dos conhecimentos das áreas de Matemática e Educação, competências necessárias para sua atuação como professor de Matemática no Ensino Fundamental e Médio. Pretende-se um curso de que seja capaz de formar um licenciado com sólida formação matemática; sólida formação didático-pedagógica, no que se refere à formulação e interpretação de situações matemáticas e suas relações com

outras áreas do conhecimento; competência para atuar na educação básica, percebendo a prática docente como um processo dinâmico e como agente de transformação social; competência para analisar, selecionar e produzir propostas de ensino-aprendizagem de Matemática para a educação básica; competência para desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a criatividade e a autonomia, buscando trabalhar com mais ênfase nos conceitos do que nas técnicas, fórmulas e algoritmos.

### **Química Licenciatura – Noturno**

O curso deve assegurar aos seus estudantes, a partir dos conhecimentos das áreas de Química e Educação, competências necessárias para sua atuação como professor de Química no Ensino Médio. Pretende-se um curso que seja capaz de levar os estudantes a dominar os princípios fundamentais da Química como uma “ciência teórico/experimental”, das didáticas e das respectivas Metodologias de Ensino com vistas a construir e administrar as diversas situações de ensino e aprendizagem; a atuar como educador em todos os espaços e ambientes da educação formal no Ensino Médio, ou não formal, tais como nos programas de educação popular, educação de jovens e adultos, de divulgação em diferentes mídias e de formação continuada de professores das séries iniciais; a utilizar os conhecimentos da Química Fundamental e Aplicada, das ciências da natureza e suas tecnologias, das ciências humanas e sociais como referências para o ensino formal e para a condução de situações educativas em geral; a utilizar as atuais tecnologias de informação e de comunicação, tanto como ferramentas quanto como objetos de estudo, no seu cotidiano de trabalho como professor de Química. O curso está projetado de forma a dar aos futuros licenciados, condições de exercer a profissão de acordo com as

exigências dos Conselhos Federal e Estadual de Educação, procurando atender as mudanças sociais ocorridas nos últimos anos e as demandas das instituições educacionais daquela região. Espera-se, com este projeto, que os licenciados manifestem um conjunto de competências e habilidades fundamentais para o bom exercício da profissão.